



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA EAD

CRISTIANO ALVES DE SOUZA

ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA: aula não presencial no município de Feira
Grande/AL

ARAPIRACA -AL

2023

CRISTIANO ALVES DE SOUZA



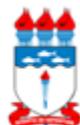
ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA: aula não presencial no município de Feira Grande/AL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia (EAD) do Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Alagoas, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Geraldo Inácio Martins

ARAPIRACA -AL

2023



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Biblioteca Campus Arapiraca - BCA

S729e Souza, Cristiano Alves de
Ensino em tempos de pandemia: aula não presencial no município de Feira Grande/AL / Cristiano Alves de Souza. – Arapiraca, 2023.
56 f.: il.

Orientador (a): Prof. Dr. Geraldo Inácio Martins
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia.) - Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2023.
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus Arapiraca*).
Referências: f. 54-56.

1. Feira Grande, AL 2. COVID-19, Pandemia de, 2020-2023 3. Ensino a distância 4. Isolamento social I. Martins, Geraldo Inácio II. Título.

CDU 91

CRISTIANO ALVES DE SOUZA

ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA: aula não presencial no município de Feira Grande/AL



Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia (EAD) do Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Alagoas, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

DATA DE APROVAÇÃO: 13 de setembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br GERALDO INACIO MARTINS
Data: 14/09/2023 21:08:31-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Presidente e Orientador(a): Geraldo Inácio Martins

Documento assinado digitalmente
gov.br GILCILEIDE RODRIGUES DA SILVA
Data: 17/09/2023 09:35:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Gilcileide Rodrigues da Silva

A handwritten signature in blue ink that reads "Manoel Nascimento de Oliveira Neto".

Prof. Me. Manoel Nascimento de Oliveira

RESUMO

No presente artigo, apresento um estudo sobre os desafios enfrentados pelo corpo docente da Escola Municipal Veridiano Soares da Silva, localizada no centro da cidade de Feira Grande – AL, durante o processo de adaptação do ensino remoto no ano de 2020. Trata-se de uma pesquisa quali-qualitativa e analítica tendo como referência o ano de 2020 e as dificuldades enfrentadas por professores diante da pandemia de COVID-19. A metodologia aplicada consistiu em levantamentos bibliográficos sobre o tema: a educação em período pandêmico e sua influência no contexto de ensino/aprendizagem. A pesquisa foi dividida em quatro etapas: revisão bibliográfica; visita a órgãos públicos do município; coleta de dados e análise dos dados. Os resultados indicam que a pandemia causou impactos negativos na aprendizagem dos alunos com a implementação do ensino não presencial, sobretudo, pelas dificuldades de acesso às tecnologias. Conclui-se que as medidas tomadas se voltaram mais para jogar o problema para o segundo plano sem qualquer preocupação com direito real à educação.

Palavras-chave: pandemia; ensino a distância; isolamento social.

ABSTRACT

In this article, I present a study on the challenges faced by the teaching staff of Escola Municipal Veridiano Soares da Silva, located in the center of the city of Feira Grande – AL, during the process of adapting remote teaching in 2020. qualitative and analytical research using 2020 as a reference and the difficulties faced by teachers in the face of the COVID-19 pandemic. The methodology applied consisted of bibliographical surveys on the topic: education during the pandemic period and its influence on the teaching/learning context. The research was divided into four stages: bibliographic review; visits to public bodies in the municipality; data collection and data analysis. The results indicate that the pandemic caused negative impacts on student learning with the implementation of non-face-to-face teaching, mainly due to difficulties in accessing technologies. It is concluded that the measures taken were more aimed at pushing the problem into the background without any concern for the real right to education.

Keywords: pandemic; distance learning; social isolation.

Se você quer fazer do mundo um lugar melhor,
olhe para si mesmo e faça uma mudança.

(Michael Jackson)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FEIRA-GRANDE ENTRE OS ANOS DE 2019, 2020 E 2022.....	23
GRÁFICO 2 – COMPARAÇÃO ENTRE A EVOLUÇÃO DO IDEB A ESCOLA MUNICIPAL VERIDIANO SOARES DE SILVA FEIRA GRANDE (ANOS FINAIS).....	26
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO IDEB PARA O ESTADO DE BRASIL, ALAGOAS, FEIRA GRANDE/AL E ESCOLA V.S DA SILVA – ENSINO FUNDAMENTAL II – (2007/2021).....	30
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA NOTA SAEB DA ESCOLA ESCOLA MUNICIPAL VERIDIANO SOARES DE SILVA (2005 – 2021).....	32
GRÁFICO 5 - APLICATIVOS DE ENSINO USADOS DURANTE AS AULAS NÃO PRESENCIAIS.....	46
GRÁFICO 6 - PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DURANTE O ENSINO REMOTO NA INSTITUIÇÃO	47
GRÁFICO 7 – PROFESSORES QUE RECEBERAM APOIO TÉCNICO OU FINANCEIRO POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA OU DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	47
GRÁFICO 8 - AVALIAÇÃO DA INTERNET NA RESIDÊNCIA DO DOCENTE.....	48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - MATRÍCULAS E SITUAÇÃO DO ANO ALUNO NO FINAL DO PERÍODO LETIVO (2019) – ESCOLA VERIDIANO SOARES.....	16
TABELA 2 - MATRÍCULAS E SITUAÇÃO DO ANO ALUNO NO FINAL DO PERÍODO LETIVO (2020) – ESCOLA VERIDIANO SOARES.....	16
TABELA 3 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE FEIRA GRANDE – 1991-2010.....	21

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ENTRADA DA ESCOLA VERIDIANO SOARES.....	14
FIGURA 2 - MOSAICO: ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA VERIDIANO SOARES.....	15
FIGURA 3 - MAPA-POLÍTICO ADMINISTRATIVO DE FEIRA GRANDE – ALAGOAS	19

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA	12
2.1	ESCOLA MUNICIPAL VERIDIANO SOARES DA SILVA, PANDEMIA E APRENDIZAGEM	13
2.2	GEOGRAFIA DE FEIRA GRANDE E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	17
2.3	PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO ANTES E DURANTE A PANDEMIA	22
2.4	AVALIAÇÕES NACIONAIS: ESCOLA MUNICIPAL VERIDIANO SOARES E O MUNICÍPIO DE FEIRA GRANDE	25
3	EDUCAÇÃO E O ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA	35
3.1	A PANDEMIA E AS MEDIDAS PROFILÁTICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO	37
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
<u> </u>	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, abordo o processo de adaptação ao ensino remoto na Escola Municipal Veridiano Soares da Silva, em Feira Grande, Alagoas, como “alternativa” ao ensino presencial prejudicado pela pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2). Procuo destacar as dificuldades enfrentadas pelos professores da escola e as medidas tomadas pelo grupo técnico em relação à nova alternativa educacional

Para compreender melhor os impactos da pandemia nesse contexto escolar, contextualizo as características da educação no município de Feira Grande durante esse período. O objetivo central do artigo é evidenciar as dificuldades enfrentadas pelos docentes durante o período de ensino remoto e analisar se as medidas de isolamento ou distanciamento social e a adoção do ensino remoto trouxeram algum impacto significativo, na visão dos professores, para a aprendizagem dos alunos.

A necessidade de evitar o fechamento total das escolas durante a pandemia levou prefeituras, escolas e professores a refletirem sobre as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Essas tecnologias entraram repentinamente no contexto escolar e se tornaram o único meio de manter algum processo educacional ativo durante o auge da pandemia. Uma nova realidade começou a se formar, fazendo parte do cotidiano escolar de alunos e professores. No entanto, muitas vezes, os docentes não tinham conhecimento técnico sobre o funcionamento dessas tecnologias e foram obrigados a adotá-las. Os alunos, por sua vez, também não estavam familiarizados com elas, o que levou a uma falta de adequação metodológica por parte das gestões públicas e escolas.

O mundo moderno exige que o professor se adapte e reinvente sua prática de ensino dentro do contexto social em que está inserido, com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos alunos e contribuir efetivamente para a formação de seres críticos. A inserção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) contribuiu para levar conhecimento a algumas pessoas, porém, ficou restrita a grupos que possuíam acesso a essas tecnologias. No ambiente escolar, aqueles que não possuíam conhecimento, acesso à internet e às tecnologias necessárias para acessar as plataformas de ensino enfrentaram grandes dificuldades durante o período pandêmico.

É neste contexto que surge uma problemática que faz parte do ambiente escolar, e que as instituições públicas de ensino trabalham para evitar: a desistência dos alunos e os prejuízos na aprendizagem. Isso representa um duplo desafio para as escolas e professores. Quando abordamos a questão do abandono escolar, não devemos necessariamente atribuir seu aumento

ou diminuição apenas à pandemia, uma vez que esse fenômeno está relacionado a várias variáveis e suas causas vão além da Covid-19. No entanto, defendemos a hipótese de que esse problema piorou, ganhando contextos mais traumáticos e desafiadores.

Outros problemas afetaram a educação, como a falta de estrutura adequada e professores qualificados. Apesar desses problemas e desafios, a educação é um direito básico que deve ser garantido pelo Estado em condições adequadas, a fim de contribuir para a formação humana e técnico-científica de crianças e adolescentes. A educação não é responsabilidade exclusiva de um único órgão ou entidade pública ou privada; é algo que deve ser trabalhado em conjunto com a sociedade e com órgãos de proteção da criança e do adolescente. É por meio das ações desses agentes que se deve garantir uma educação de qualidade e um ensino acolhedor e inclusivo.

A escola é um ambiente de socialização e sistematização do conhecimento, e a interação entre os alunos e os professores é essencial por ser um ambiente socializador. Conforme Cavalcanti (2002, p. 33), a escola é “um lugar de encontros de culturas e saberes, de saberes científicos e cotidianos”. Essa função social da escola foi profundamente afetada durante a pandemia. Em outras palavras, a pandemia causou uma série de problemas na educação, afetou suas bases teórico-metodológicas, exacerbou problemas antigos e abriu espaço para o debate de novos temas.

2 METODOLOGIA

Este trabalho se baseia na metodologia de pesquisa exploratória e tem como abordagem de pesquisa quali-quantitativa. Inicialmente, foram realizadas entrevistas com professores da Escola Municipal Veridiano Soares da Silva. Além disso, coletei dados sobre a educação no município, incluindo informações de órgãos oficiais, como a Secretaria Municipal de Educação, a fim de mapear as informações necessárias para embasar este artigo.

A pesquisa de levantamento de dados empíricos consistiu na elaboração de um questionário (ENTREVISTA/QUESTIONÁRIOS) com perguntas básicas sobre a implementação do ensino não presencial na escola, as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores durante o período ensino remoto sob as perspectivas dos docentes, bem como as ações tomadas pela instituição de ensino para manter os alunos engajados. Os dados coletados referem-se especificamente ao ano de 2020, período em que a pandemia estava no auge e as medidas de isolamento social eram mais rigorosas.

Dos 68 professores da escola em 2020, trabalhei especificamente com 8 deles, o que corresponde a 11.7% do total, esses professores atuavam nos turnos da manhã, tarde e noite. Durante as entrevistas, questionei sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos do ensino regular da escola para se adaptarem às modalidades de ensino e aprendizagem impostas pela pandemia.

Também perguntei aos professores sobre como o ensino não presencial foi introduzido na escola e qual foi a participação dos alunos no processo de adaptação a esses métodos de ensino utilizados durante as aulas remotas. Especificamente, indaguei sobre os aplicativos e plataformas de ensino utilizados pelos professores no ensino remoto, os principais desafios enfrentados por eles durante esse período e questões técnicas e operacionais, como o acesso a computadores e tecnologias.

Com base nas respostas obtidas por meio dos questionários, foram elaborados gráficos com as respostas mais mencionadas pelos 8 docentes entrevistados. As respostas foram agrupadas com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas por eles.

Para complementar o conjunto de dados primários, visitei a Secretaria Municipal de Educação (SME) a fim de coletar informações sobre os índices educacionais do município, como o número de alunos matriculados e a taxa de evasão escolar. O objetivo dessa coleta de dados foi verificar o desempenho da educação no município. Além disso, coletei dados do

Ministério da Educação (MEC), do censo escolar, e do site QEDU.ORG, que reúne informações sobre instituições de ensino públicas e privadas em todo o país, assim como dados das Secretarias Municipais de Educação (SME), portal da transparência do município, assim como da secretaria interna da instituição foco desse estudo.

Os dados coletados referem-se ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) dos anos de 2019 e 2021. Analisei esses dados confrontando as informações dos respectivos anos para avaliar a evolução do IDEB tanto na escola objeto desta pesquisa quanto no município. Quanto ao SAEB, utilizei apenas os dados finais. A coleta dessas informações teve como objetivo verificar se a escola alcançou as metas estabelecidas, tanto para a própria escola quanto para o município.

Além da coleta de dados primários e secundários, também pesquisei artigos científicos que abordam o ensino no contexto da pandemia, uso de tecnologias digitais como metodologia de ensino e aprendizagem. Revisei também artigos que discutem como os professores se adaptaram e utilizaram tais tecnologias para ministrar suas aulas e desenvolver conteúdos pedagógicos, a fim de fornecer recursos didáticos aos alunos, destacando também o uso de plataformas de ensino durante o ensino remoto.

Essa parte da investigação contribuiu para a construção das bases teóricas de análise e interpretação dos dados. Portanto, os dados primários e secundários, os dados institucionais e a teoria são os elementos estruturais dessa pesquisa, na qual defendemos a seguinte hipótese: houve omissão, por parte da administração municipal, assim como da Secretaria Municipal de Educação (SME), diante da execução de medidas educacionais efetivas no prazo em que esteve vigente as medidas de isolamento e distanciamento social.

2.1 ESCOLA MUNICIPAL VERIDIANO SOARES DA SILVA, PANDEMIA E APRENDIZAGEM

A escola se destaca por ser a maior do município, não apenas em área construída, mas também em número de matrículas. Ela faz parte da rede pública municipal de ensino e atende, geralmente, os filhos dos pobres. O objetivo da escola é oferecer a educação básica nos níveis do Ensino Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Ela funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, contando com um total de 1.546 mais 33 matrículas registradas depois do período de matrículas regular, assim, em 2021, a escola possui 1579 alunos regularmente matriculados em 2021, de acordo com a legislação vigente, por ser a maior escola do município, ele também concentra a maior contingente de alunos matriculados.

A escola é considerada uma instituição social que estabelece as relações entre educação, sociedade e cidadania, sendo um dos principais agentes responsáveis pela formação das novas gerações, com cultura própria, objetivos e funções definidas.

A estrutura do prédio é construída inteiramente em alvenaria e possui áreas cobertas, conta com 21 salas de aula, diretoria, secretaria, sala de professores/coordenação, laboratório de leitura, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), laboratório de informática, quadra de esportes, cantina, cozinha, banheiros masculinos e femininos, almoxarifado e depósito (fotos 1 e 2).

As fotos 1 e 2 destacam a vista externa da escola, bem como, as características dos espaços de convivência e salas de aulas. A foto 1 retrata a fachada da escola; a foto 2, traz um mosaico da parte interna da escola.

FIGURA 1 - ENTRADA DA ESCOLA VERIDIANO SOARES



Fonte: Acervo do autor (2021).

Todas as salas da escola Veridiano Soares são climatizadas e possuem boa iluminação. Além disso, as instalações contam com serviços de abastecimento de água, energia elétrica e uma linha telefônica (orelhão público) disponível. O sistema de esgoto é canalizado para as fossas. Essa estrutura, porém, revelou-se insuficiente durante a pandemia, tanto pelo número de alunos matriculados na escola como pela demanda estruturas e tecnologias.

Em 2019, antes da pandemia, os dados mostram que a Escola Municipal Veridiano Soares da Silva, possuía 53 turmas, divididos entre os 3 turnos; 7 turmas para atendimento educacional especializado com 30 alunos, e 7 turmas para alunos do fundamental I do 3º ao 5º ano com 177 alunos, e mais 24 turmas para alunos do fundamental II com 859 alunos, além disso, a instituição também possuía 15 turmas para Educação de Jovens e Adultos (EJA) com 378 alunos e 32 admitidos após o início de matrículas. Com isso, a escola tinha, em 2019, um total de 1446 matrículas.

FIGURA 2 - MOSAICO: ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA VERIDIANO SOARES



Fonte: Acervo do autor (2021).

Os dados consolidados pela Secretaria de Educação de Feira Grande (2020), durante o auge da pandemia, indicam que a Escola Municipal Veridiano Soares da Silva contava com um total de 1425 alunos matriculados, com 2 registros adicionais após o início das matrículas, distribuídos em 48 turmas. Desse total, 6 turmas pertenciam aos anos iniciais do Ensino Fundamental I, totalizando 156 alunos, e 25 turmas aos anos finais do Ensino Fundamental II, com um total de 947 alunos. Adicionalmente, havia 7 turmas designadas para o atendimento educacional especializado e mais 10 turmas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), contabilizando 318 alunos, sendo 6 no período da tarde e 4 no período noturno. Todos esses alunos tiveram de se afastar das salas de aula devido à pandemia.

Paralelamente, no ano de 2020, a escola contava com um corpo docente de 68 professores, distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite. Desses 68 professores, dois profissionais forneciam apoio aos alunos com deficiência. Todos esses profissionais da educação tiveram de se adaptar a uma nova metodologia de ensino, dada a situação imposta pela pandemia.

Adicionalmente, em comparação a 2019, a secretaria da escola registrou um total de 111 alunos que deixaram de frequentar a escola, o que corresponde a 7,69% do número total de matrículas na instituição de ensino, conforme evidenciado nas tabelas 1 e 2. Além disso, outros 126 alunos ainda estavam com o curso em andamento naquele ano.

Todos os dados apresentados correspondem aos registros ao final de cada ano, quando ocorre o encerramento do ano letivo escolar. No ano de 2020, marcado pela emergência de saúde global reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, a diretora da instituição relatou que não houve uma reunião para debater o retorno das atividades escolares naquele ano. Essa reunião acabou sendo realizada em 17 de agosto de 2021, conforme registrado em Ata. Durante esse encontro, ficou deliberado que as aulas presenciais seriam retomadas a partir de 23 de agosto, com a capacidade de cada turma reduzida em 50%.

TABELA 1 - MATRÍCULAS E SITUAÇÃO DO ANO ALUNO NO FINAL DO PERÍODO LETIVO (2019) – ESCOLA VERIDIANO SOARES

	Total	Ap.	Conc..	Rp	Transf.	Des.	Em andamento
Matrícula Inicial	1414	989	280	131	68	108	128
Admitidos após início do ano	32	19	7	0	0	3	0
Total	1446	1008	287	131	68	111	128

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SME (2019).

TABELA 2 - MATRÍCULAS E SITUAÇÃO DO ANO ALUNO NO FINAL DO PERÍODO LETIVO (2020) – ESCOLA VERIDIANO SOARES

	Total	Ap.	Conc..	Rp	Transf.	Des.	Em andamento
Matrícula Inicial	1421	1179	287	0	10	0	232
Admitidos após início do ano	4	4	0	0	0	0	0
Total	1425	1183	287	0	10	0	232

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SME (2020).

Desse modo, fica evidente que a pandemia teve um impacto significativo no funcionamento da Escola Veridiano Soares ao longo de 17 meses, compreendendo o período

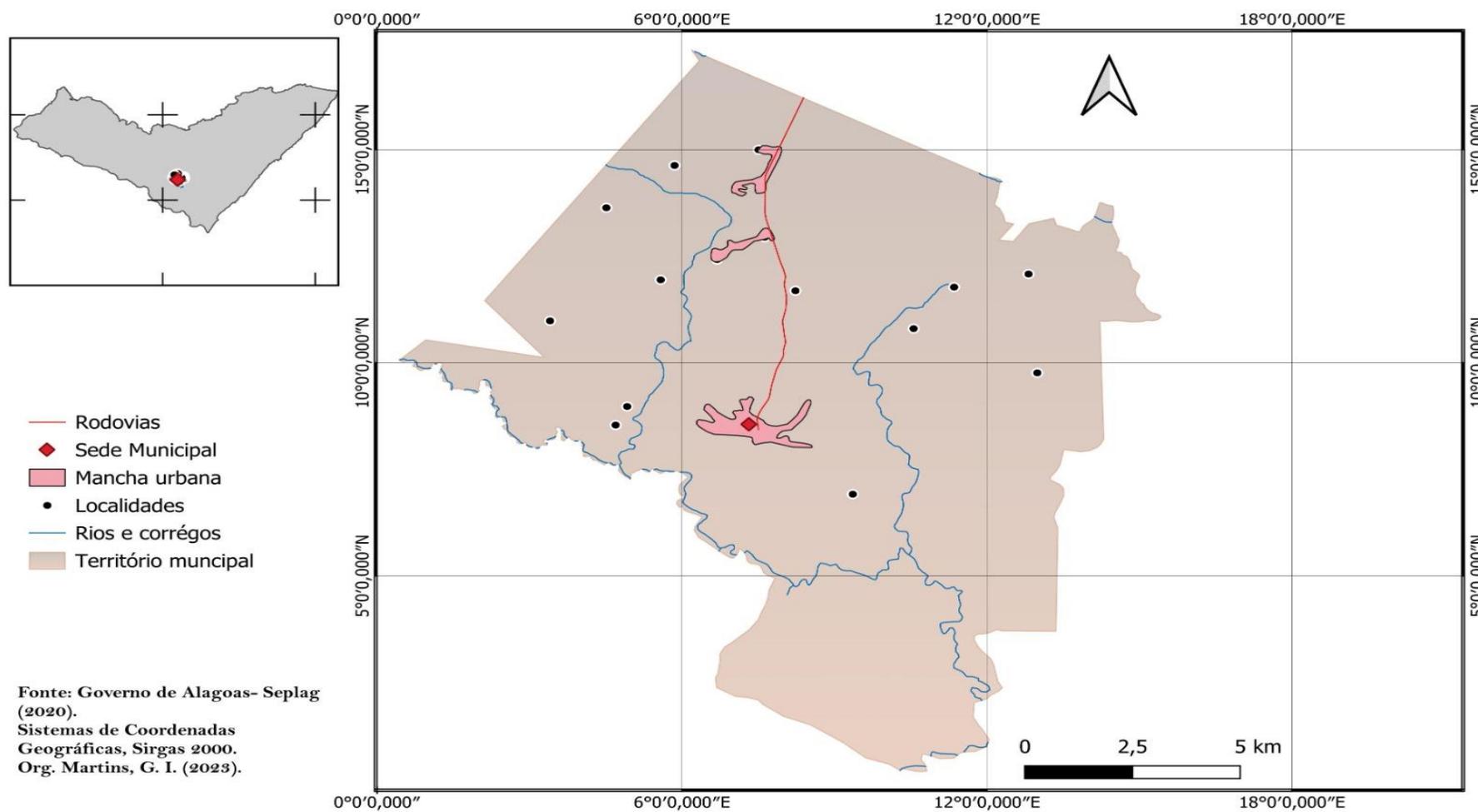
de março de 2020 a agosto de 2021. Resta, portanto, discutir as implicações desse período atípico na história da escola, o que é abordado no próximo item.

2.2 GEOGRAFIA DE FEIRA GRANDE E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Feira Grande é um município localizado na região Centro-Sul do estado de Alagoas, sendo um dos 102 municípios pertencentes a esse estado. Limita-se ao norte com Arapiraca e Lagoa da Canoa, ao sul com Porto Real do Colégio e Campo Grande, a Leste com São Sebastião, e a oeste com Lagoa da Canoa e Campo Grande. Segundo dados do IBGE (2019; 2023), o município possui uma área de 175,906 km² e uma população de 22.712 habitantes.

Feira Grande faz parte da mesorregião do Agreste Alagoano e da microrregião de Arapiraca. Sua sede possui uma altitude de aproximadamente 220 metros e está localizada nas coordenadas geográficas de 9° 54' 0" S e de latitude sul e de 36° 40' 40" W longitude oeste. O acesso ao município a partir de Maceió pode ser feito por meio das rodovias pavimentadas BR-316, BR-101, AL 220, AL-115 e AL-485, totalizando um percurso de aproximadamente 154 km. (IBGE).

FIGURA 3 - MAPA-POLÍTICO ADMINISTRATIVO DE FEIRA GRANDE - ALAGOAS



Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Feira Grande apresentou melhorias, mas ainda se encontra na faixa de baixo desenvolvimento humano. Em 1991, por exemplo, o IDH de Feira Grande era de 0,250. Esses números melhoraram em 2000, quando o IDH saltou para 0,371. No entanto, a mudança mais significativa ocorreu durante a década de 2010, quando o IDH atingiu 0,533 (IBGE, 2021). Em geral, esses números refletem os problemas do município em relação às oportunidades de ter uma vida longa e saudável, acesso à educação de qualidade e padrões mínimos de renda.

Em 2021, o salário médio mensal era de 1.8 salários-mínimos, ou seja, não chegava a 2 salários-mínimos. Quando comparamos a média salarial do município de Feira Grande com a média salarial no país, o município atingia a posição 3288° de 5570°, já em Alagoas, entre os 120 municípios que formam o estado, Feira Grande encontrava-se na posição 36° na média salarial.

Além disso, em 2021, a proporção da população ocupada, em relação à população total era de 4,0%. Na comparação com os outros municípios do estado, Feira Grande ocupava a 96ª entre os 102 municípios em relação a população ocupada. Portanto, é um dos municípios de Alagoas com menor taxa de população ocupada. Quando comparado a outros municípios do país, ele ocupava a posição 5453ª de 5570; ou seja, Feira Grande tem menos população ocupada do que 97,9% dos municípios brasileiros.

Ademais, um outro dado importante é que, em 2010, 56.8% da população do município viviam com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o que o colocava o município na posição 12ª de 102ª dentre as cidades do estado e na posição 225ª de 5570ª dentre as cidades do Brasil. Além disso, em 2015, 93,1 % da receita do município eram oriundas de fontes externas, ou seja, de repasses da União e do Estado.

Esses números têm relação direta com a economia do município que é predominantemente agrícola. Boa parte da renda da população vem do campo e de benefícios assistenciais, como o Bolsa Família e recentemente, o Cartão Alimenta Feira Grande, criado pela administração local e mantido com recursos próprios que atende 1.000 famílias do município. Outra iniciativa da administração local foi a criação do EDUCA+ Feira Grande, um programa de incentivo financeiro àqueles que não tiveram condições de concluir o ensino fundamental na idade certa, esse programa contempla 1.500 estudantes do Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), com R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês.

No que tange ao Programa Bolsa família, no mês de junho de 2023, o município de Feira Grande – AL teve 4.834 famílias, totalizando um investimento de R\$ 3.454.113,00 e um

benefício médio de R\$ 714,55. Ademais, dessas 4.834 famílias, 2.022 preenche os pré-requisitos que também lhes garantem o Benefício Primeira Infância (BPI) no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre 0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos. Além disso, 1.152 também são beneficiadas com o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, atualmente, o programa paga um valor médio de R\$ 110,00, com um valor total de investimento de R\$ 125.568,00.

Outro fato importante, é analisarmos a disposição geográfica da população no território que compreende o município, para exemplo, o gráfico abaixo mostra-nos a quantidade da população vivendo no campo e na cidade, no que se refere ao tempo analisado de 1991, 2000, 2010, ambos abordam dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 3 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE FEIRA GRANDE – 1991-2010

População	1991	2000	2010
Urbana	2.813	3.557	3.421
Rural	16.239	17.713	17.900
Total	19.052	21.270	21.321

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991 - 2010

A tabela 3 mostra que, em 1991, havia 2.813 pessoas vivendo na cidade e 16.239 vivendo no campo. Os dados indicam que a população do município naquele período era predominantemente rural, representando 85,24% da população total. Esses dados apresentam pouca variação nos anos de 2000 e 2010, com a população rural representando 83,28% e 83,95%, respectivamente.

Em 2010, a população do município aumentou em 0,24%, indicando um crescimento pequeno. Naquele ano, o recenseamento registrou 21.321 habitantes, dos quais 16,5%, ou seja, 3.421 residiam na cidade, enquanto 17.900 habitavam a área rural. Dois fatos se destacam: o crescimento populacional lento e a permanência de uma população essencialmente rural. Vale ressaltar que essa população aumentou 9,08% entre 1991 e 2000 e 1,05% entre os anos de 2000 e 2010.

Isto posto, evidencia-se a predominância rural da população do município, bem como a importância do campo na economia de Feira Grande. Por exemplo, em 2013, Feira Grande foi considerada o maior produtor de batata-doce de Alagoas, posição que também foi alcançada em 2018. Em 2020, o município ocupava a 80ª posição entre os 100 maiores produtores dessa

hortaliça, de acordo com dados do IBGE (2020). Além disso, outras produções agrícolas se destacam no município, por exemplo, amendoim, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca e milho.

Uma população de baixa renda (56,8% ganhavam até meio salário-mínimo em 2010 conforme o IBGE), essencialmente rural e dependente da produção agrícola ou de programas de transferência de renda, revelam as dificuldades que a educação do município enfrenta. Isso torna-se mais grave num período pandêmico e num país com pouco acesso à internet, tecnologias etc. Esse é o assunto do próximo item.

2.3 PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO ANTES E DURANTE A PANDEMIA

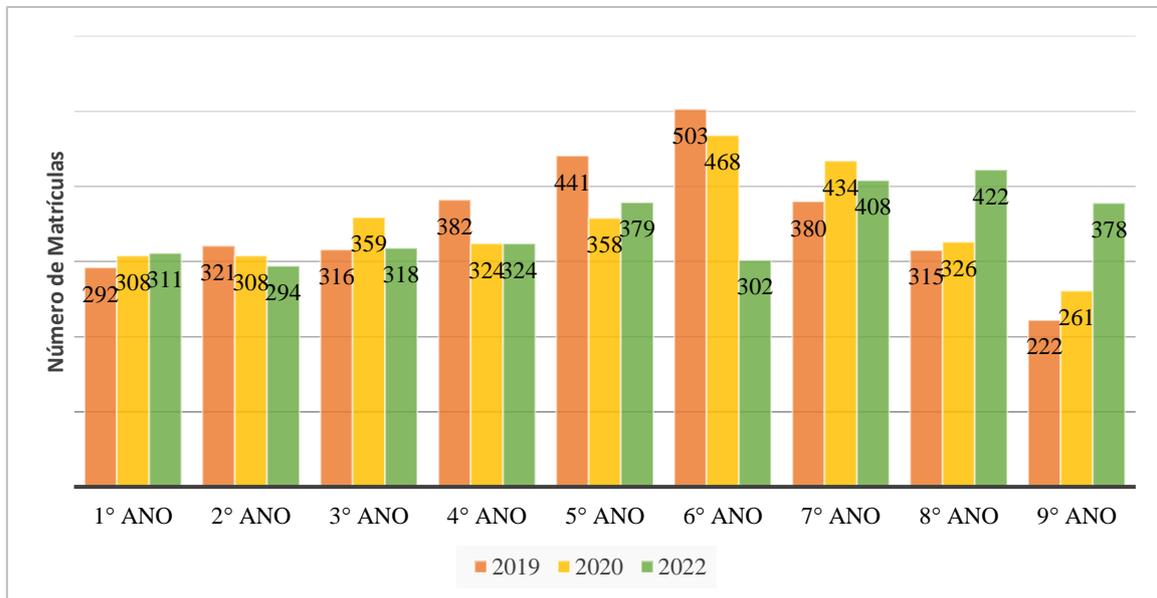
Em 2019, Feira Grande contava com 29 escolas, sendo 27 sob administração municipal, 1 privada e 1 escola sob administração estadual. Das 27 escolas administradas pelo município, 24 estavam localizadas na zona rural. Nesse mesmo ano, a rede pública de ensino do município contava com 3.172 matrículas na rede municipal e 723 matrículas na rede estadual. Em 2020 ainda continuava com 27 unidades escolares, sendo 3 na cidade, sendo 1 estadual e 24 no campo, com um total de matrículas em 3.146.

O gráfico 1 traz um panorama da educação de Feira Grande entre os anos de 2019, 2020 e 2022. Nele é possível observarmos o número de matrículas e quantificarmos da taxa de matrículas para os anos a observados, enfocando, sobretudo, o ano de 2020 – período auge da pandemia.

No gráfico 1, podemos observar que em 2019 havia 292 alunos matriculados no primeiro ano do ensino fundamental. Em 2020, houve um leve aumento de 16 matrículas, representando um aumento de 5,48% em relação a 2019 ficando com 308 registros. No entanto, em 2022, o aumento foi menor em comparação a 2020, não ultrapassando 1% a mais no número, de matrículas fechando aquele ano com 311 matrículas.

Por outro lado, quando observamos os as matrículas do segundo ano do fundamental I ao comparar os anos de 2020 e 2022 com 2019, é perceptível uma pequena queda. Em 2020, houve uma diminuição de 4% em relação a 2019, enquanto em 2022, a queda foi de 4,5% em relação a 2020. Quando analisamos esses dados em conjunto, constatamos uma queda acumulada de 8,4% entre 2019 e 2022.

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FEIRA-GRANDE ENTRE OS ANOS DE 2019, 2020 E 2022.



Fonte: INEP, Censo Escolar (2019 – 2020 – 2022)

Além disso, quando comparamos os dados de 2019 e 2020, observamos um aumento de aproximadamente 14% no número de alunos matriculados no terceiro ano do ensino fundamental, passando de 316 para 359. No entanto, em 2022, esses números reduziram em 11%, ficando com um total de 318 alunos matriculados no terceiro ano dos anos iniciais quando comparado a 2020.

E, referente ao quarto ano, 2019 contava com 382 alunos, um valor expressivo, quando comparado com o mesmo período de 2020 e 2022, quando, nos respectivos anos, foram registrados 324 alunos nos dois anos consecutivos, assim, uma queda de 15% quando comparamos os anos de 2020 e 2022 com 2019.

Igualmente, em 2019, o quinto ano contava com 441 alunos regularmente matriculado naquela instituição pública de ensino, número que caiu nos dois anos seguintes, quando, em 2020, foi-se registrado 358 aulista, quantitativo inferior àquele de 2019, sendo assim, em 2020, em relação a 2019, houve uma redução de aproximadamente 19% do total de registros, mesmo com um aumento na quantidade de alunos matriculado, visto que subiu cerca de 6% em 2022 chegando a 379 discentes, em confrontado a 2020, no mais, quando relacionado a 2019, 2022 reduz a porcentagem de queda, mas fica ainda com uma diferença 14% na taxa de matrículas.

Logo, podemos concluir que em 2019, Feira Grande contava com 1.752 alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, esse número caiu para 1.657

em 2020, representando uma redução de 5,4%. Essa tendência de redução também foi observada em 2022, quando o número de alunos matriculados ficou em 1.626, com uma diminuição de quase 2%. Ao traçar um paralelo entre 2019 e 2022, percebemos uma redução de 7% ao longo desses anos.

No que se refere ao número de matrículas no Ensino Fundamental II, referente ao sexto ano, verificamos que em 2019 havia 503 alunos matriculados. Em 2020, esse número diminuiu para 468, representando uma redução de 7% em relação a 2019. No entanto, em 2022, houve uma queda significativa, com uma redução de 35% em comparação a 2020, quando para tal ano, o número de matrículas ficou em 302. Ao fazer um comparativo entre 2019 e 2022, observamos uma queda de 40%.

Analisando os dados referentes às matrículas dos alunos no 7º ano do Ensino Fundamental II em 2019, 2020 e 2022, observamos que em 2019 foram efetuados 380 registros. Esse número aumentou em 14% em 2020, atingindo 434 alunos matriculados. No entanto, houve uma queda de 6% em 2022, com 408 alunos matriculados na rede municipal de ensino. Apesar da redução em relação a 2020, é importante notar que em 2022 ainda houve um aumento de 7% em comparação a 2019.

Além disso, os dados mostram um aumento ao longo dos três anos analisados no que diz respeito aos alunos matriculados no 8º ano do Ensino Fundamental II. Em 2019, eram 315 matrículas, e em 2020 esse número aumentou para 326, representando um aumento pequeno de 4%. No entanto, em 2022, houve um aumento significativo, com 422 matrículas, o que representa um aumento de 29% em relação ao ano anterior e de 34,5% quando comparado a 2019.

Do mesmo modo, as taxas de matrículas para os alunos dos 9º anos também cresceram. Em 2019, houve 222 inscrições para essa fase da educação básica, e em 2020 esse número aumentou para 261, representando um aumento percentual de 17,5% em contraposto a 2019. Ao comparar os dados de 2020 com 2022, vemos um crescimento de 45% em 2022, quando alcançou 378 registros de alunos no 9º ano.

Portanto, observa-se que em 2019 o número de alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental na rede municipal de educação foi de 1.420, enquanto em 2020 o total de registros para essa fase ficou em 1.489, representando um crescimento de 4,8%. Da mesma forma, em 2022 houve um crescimento nas matrículas, com um total de 1.510 alunos, um acréscimo de 1,4% em relação a 2020 e um crescimento de 6,3% quando comparado aos dados de 2019.

Assim, ao contrário dos dados para o ensino nos anos iniciais, onde constatamos uma queda nas matrículas para o mesmo período analisado, foi possível observar um crescimento nas matrículas para a fase final do ensino fundamental II. No que diz respeito ao quantitativo geral de matrículas temos que, em 2019, Feira Grande detinha 3.172 alunos regularmente matriculados, e em 2020, esse número foi de 3.146, queda de 1% quando contrastado a 2019, em 2022 o quantitativo de matrículas foi de 3.136, uma diminuição muito pequena, não chegando a 0.5%, já no acumulado, ou seja, a redução de 2019 a 2022, esse valor em porcentagem ficou em 1,13%.

No geral, as mudanças observadas não parecem ter uma correlação direta com a pandemia, pelo menos no que diz respeito ao Ensino Fundamental I. Parece ser mais um ciclo natural, ou seja, menos crianças em idade escolar no município. No entanto, é importante ressaltar que esses dados se referem apenas à quantidade de matrículas e não levam em consideração informações relacionadas a desistências, permanência ou conclusão do ciclo escolar.

2.4 AVALIAÇÕES NACIONAIS: ESCOLA MUNICIPAL VERIDIANO SOARES E O MUNICÍPIO DE FEIRA GRANDE

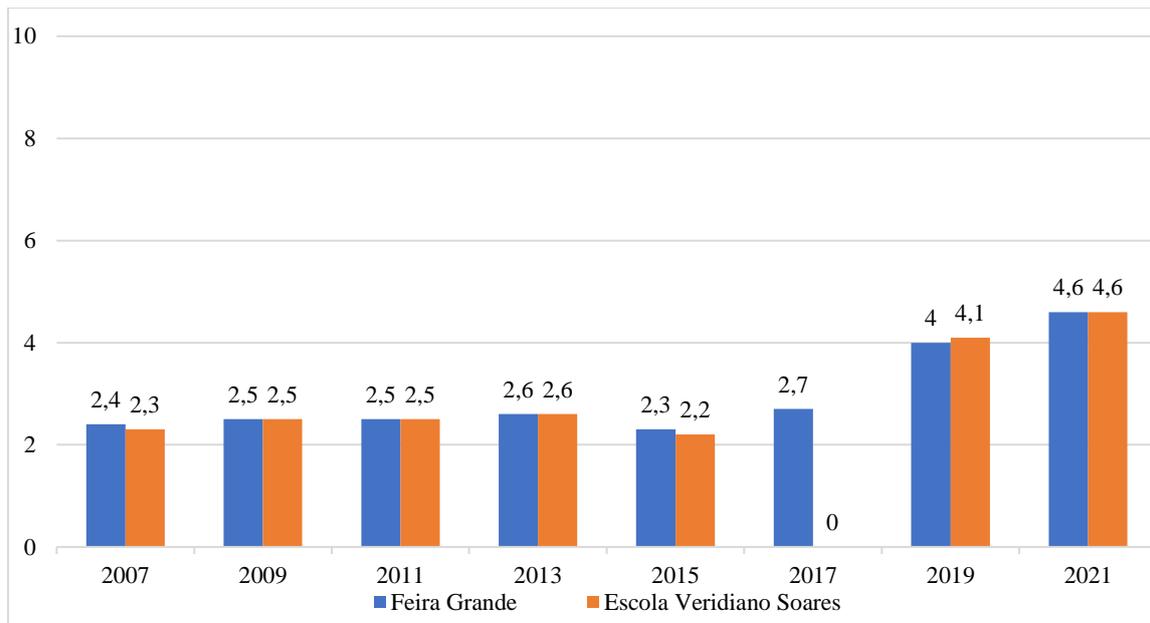
As estimativas nacionais são fundamentais para compreender a evolução da educação e da aprendizagem em nosso país. Essas estimativas fornecem informações importantes sobre o desempenho dos alunos em diversas áreas do conhecimento e auxiliam na identificação dos pontos fortes e fracos do sistema educacional.

Além disso, as estimativas nacionais são utilizadas para embasar políticas públicas e estratégias que visam aprimorar a qualidade da educação. Com base nos resultados obtidos, é possível identificar áreas que requerem maior atenção e investimento, bem como avaliar a eficácia das políticas e programas educacionais já implementados. O Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB são duas ferramentas importantes para a avaliação da qualidade da educação básica no Brasil.

A importância do SAEB e do IDEB está relacionada à necessidade de se avaliar a qualidade da educação básica no Brasil e acompanhar o seu desenvolvimento ao longo do tempo, no caso do Ideb esses dados são obtidos a partir dos dados das taxas aprovação escolar e do desempenho dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática que são foco da avaliação SAEB.

O gráfico 2 traz um panorama das avaliações do IDEB para o município de Feira Grande entre os anos de 2007 e 2021, assim como faz uma comparação das notas do IDEB do município e Escola Veridiano Soares da Silva para o mesmo período.

GRÁFICO 2 – COMPARAÇÃO ENTRE A EVOLUÇÃO DO IDEB A ESCOLA MUNICIPAL VERIDIANO SOARES DE SILVA FEIRA GRANDE (ANOS FINAIS).



Fonte: IDEB 2021, INEP Fonte (2021).

No gráfico 2, ao compararmos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município com o da Escola, percebe-se uma pequena diferença, mesmo que ambos tenham obtido notas superiores ou iguais às metas propostas para o IDEB nos anos de 2007, 2009 e 2011. O desempenho da Escola foi menor em 2007. Naquele ano, o município alcançou a nota de 2,4, acima da meta de 2,1, enquanto a escola encerrou o ano avaliada em 2,3, também acima da meta estabelecida para aquele período. Os resultados foram iguais nos anos seguintes, em 2009 e 2011. Tanto a Escola Veridiano Soares quanto o município de Feira Grande receberam avaliações de 2,5, ficando acima da meta para 2009 (2,2) e atingindo a meta estabelecida em 2011, que era de 2,5.

Além disso, em 2013 e 2015, a pontuação do município ficou abaixo das notas de avaliações anteriores. Em 2013, sua pontuação foi de 2,6, o que foi inferior ao previsto pelo INEP para aquele ano, com uma meta estabelecida de 2,9. No entanto, em 2013, Feira Grande - AL teve um desempenho ainda mais baixo, não conseguindo se aproximar da meta estabelecida para aquele ano, que foi de 3,2.

No contexto da Escola Veridiano Soares, ocorreu uma situação semelhante. Assim como Feira Grande, a escola não conseguiu atingir a meta estabelecida para 2013, sendo avaliada em 2,6 quando a meta era de 2,9. Ao analisarmos o ano de 2015 pela perspectiva da escola, observa-se uma queda significativa na nota em relação ao resultado obtido anteriormente. Em 2015, a nota da escola foi de 2,2, consideravelmente inferior à meta estabelecida pelo INEP para aquele ano, que foi de 3,2.

Por outro lado, em 2017, o desempenho do município de Feira Grande foi significativamente inferior ao observado em 2015. Enquanto a meta projetada pelo INEP foi alcançada em 2015, esse feito não foi reproduzido em 2017. Feira Grande atingiu a pontuação de 2,7, muito aquém do que havia sido projetado pelo INEP, que era de 3,5. No caso da instituição pública de ensino, não temos registro da pontuação do IDEP para o ano de 2017, apenas a meta projetada de 3,5.

Prosseguindo para os anos de 2019 e 2021, observa-se uma notável melhoria nas notas tanto para Feira Grande quanto para a instituição de ensino. O gráfico ilustra que em 2017 o município foi avaliado com 4 pontos, ultrapassando a meta estabelecida pelo INEP de 3,7. A escola, por sua vez, alcançou uma pontuação de 4,1, nota superior à obtida pelo município e acima da meta projetada pelo INEP para a instituição naquele ano. Esse mesmo padrão se repetiu em 2019 e novamente em 2021, com o município alcançando a pontuação 4,6 e a instituição de ensino obtendo 4,6 também. Ambas as notas superaram a projeção do INEP de 4 para ambos os casos.

Nesse contexto, fica evidente que os índices das avaliações externas passaram por significativas flutuações ao longo do período analisado. Contudo, a característica mais notável desses dados é o desempenho quase igualitário da Escola Veridiano Soares quando comparado aos índices gerais do município, com destaque para o município nos anos de 2007, 2015 e 2017. A partir de 2019 até 2021, ambas as entidades demonstraram um excelente desempenho, o que gera expectativas positivas para avaliações futuras.

Portanto, é possível constatar uma melhoria geral nos indicadores educacionais tanto do município quanto da escola ao longo dos anos analisados. Para ilustrar essa evolução, o gráfico 3 compara os índices do IDEB de Feira Grande e da Escola Veridiano Soares da Silva com as notas alcançadas pelo estado de Alagoas e a média nacional.

Arelada a essa positividade em relação ao desempenho do município e da instituição pública de ensino na avaliação do INEP relacionada ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), também destacamos a análise das taxas de aprovação nos anos de 2019 e 2021. Para exemplificar essa tendência, podemos observar os dados referentes a 2017. Naquele ano,

a taxa de aprovação para os alunos dos sextos e sétimos anos foi de 66,9% e 63,6%, respectivamente. Já para os alunos dos oitavos e nonos anos, a taxa de aprovação foi de 55,8% e 63%, respectivamente. Como resultado, 2017 fechou o ano com uma média de taxa de aprovação de 62%. Isso significa que, a cada 100 alunos, 38 foram reprovados.

Em continuidade, em 2019, o fluxo relacionado às taxas de aprovação para os anos finais do ensino fundamental apresentou melhorias: os sextos anos atingiram 79,8%, os sétimos anos alcançaram 80,9%, os oitavos anos registraram 87,5% e os nonos anos chegaram a 89,6%. No geral, a taxa de aprovação em Feira Grande, considerando os anos finais, ficou em 84%. Isto é, a cada 100 alunos, apenas 16 foram reprovados no município, uma queda significativa de 57,89% em relação a 2017.

Por outro lado, ao analisarmos as taxas de aprovação relacionadas a 2021, percebemos uma diferença marcante em relação a 2019, e um aumento substancial comparado a 2017. Em 2021, as taxas de aprovação no município foram as seguintes: para os alunos dos sextos anos, a taxa subiu de 66,9% em 2017 e 79,8% em 2019 para impressionantes 99% em 2021, representando a maior taxa de aprovação observada. Quanto aos alunos dos sétimos anos, a taxa de aprovação aumentou de 63% em 2017 e 80,9% em 2019 para 97% em 2021. A segunda maior taxa de aprovação registrada foi para os alunos dos oitavos anos em 2021. Anteriormente, haviam alcançado 55,8% em 2017 e 87,5% em 2019, crescendo para 98,1% em 2021. E, finalmente, os alunos das turmas dos nonos anos também experimentaram um aumento significativo em suas taxas de aprovação. De 63% em 2017 e 89,6% em 2019, essas taxas saltaram para 97,5% em 2021.

Em resumo, observa-se uma notável melhoria nas taxas de aprovação ao longo dos anos, refletindo o progresso educacional tanto no município quanto na instituição de ensino. Essa tendência positiva é mais um indicador de avanço nas áreas educacionais e de aprendizado em Feira Grande.

Logo, a taxa de aprovação em Feira Grande para os anos finais em 2021 atingiu 98%. Isso indica que, a cada 100 alunos, apenas 2 não foram aprovados, representando uma redução de 94,74% em comparação a 2017 e uma diminuição de 87,5% em relação à taxa de reprovação de 2019. Para fins de comparação, é relevante também analisar a taxa de aprovação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Veridiano Soares da Silva.

De maneira semelhante, as taxas de aprovação nos anos finais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Veridiano Soares da Silva em 2017 foram as seguintes: 59,4% para os alunos dos sextos anos, 57,1% para os alunos dos sétimos anos, 54,5% para os alunos dos oitavos anos e 61,4% para os alunos dos nonos anos. O indicador do fluxo para esse ano não

foi informado, no entanto, seguindo o mesmo método de cálculo utilizado nos demais anos analisados, podemos inferir que a taxa de aprovação em 2017 foi de 58%. Em outras palavras, a cada 100 alunos, 42 foram reprovados.

Já em 2019, essa taxa de aprovação aumentou para 85%, o que significa que apenas 15 alunos a cada 100 não foram aprovados. As taxas específicas para cada série nos anos finais em 2019 foram as seguintes: 81% de aprovação para os sextos anos, 79,5% para os sétimos anos, 86,3% para os oitavos anos e 94% para os nonos anos. Isso representou uma redução de 64,29% em relação a 2017.

Contrariamente, os dados observados em 2021 foram extremamente positivos para a escola. Enquanto a taxa de aprovação para os sextos anos em 2017 foi de 59,4% e em 2019 alcançou 81%, em 2021 esse número saltou para impressionantes 98%. A maior taxa de aprovação registrada foi para os alunos do sétimo ano, que subiu de 57,1% em 2017 para 79,5% em 2019 e alcançou 95,6% em 2021. Da mesma forma, houve um aumento significativo nos números para os alunos dos oitavos e nonos anos. Em 2017, as taxas foram, respectivamente, 54,5% e 61,4%. Em 2019, essas taxas subiram para 86,3% e 94%. E, em 2021, os oitavos e nonos anos registraram taxas de aprovação de 97,5% e 96,9%, respectivamente. No acumulado, a taxa de aprovação para a escola alcançou 97%, ou seja, a cada 100 alunos, apenas 3 não foram aprovados, representando uma redução de 80% nas reprovações em comparação a 2019.

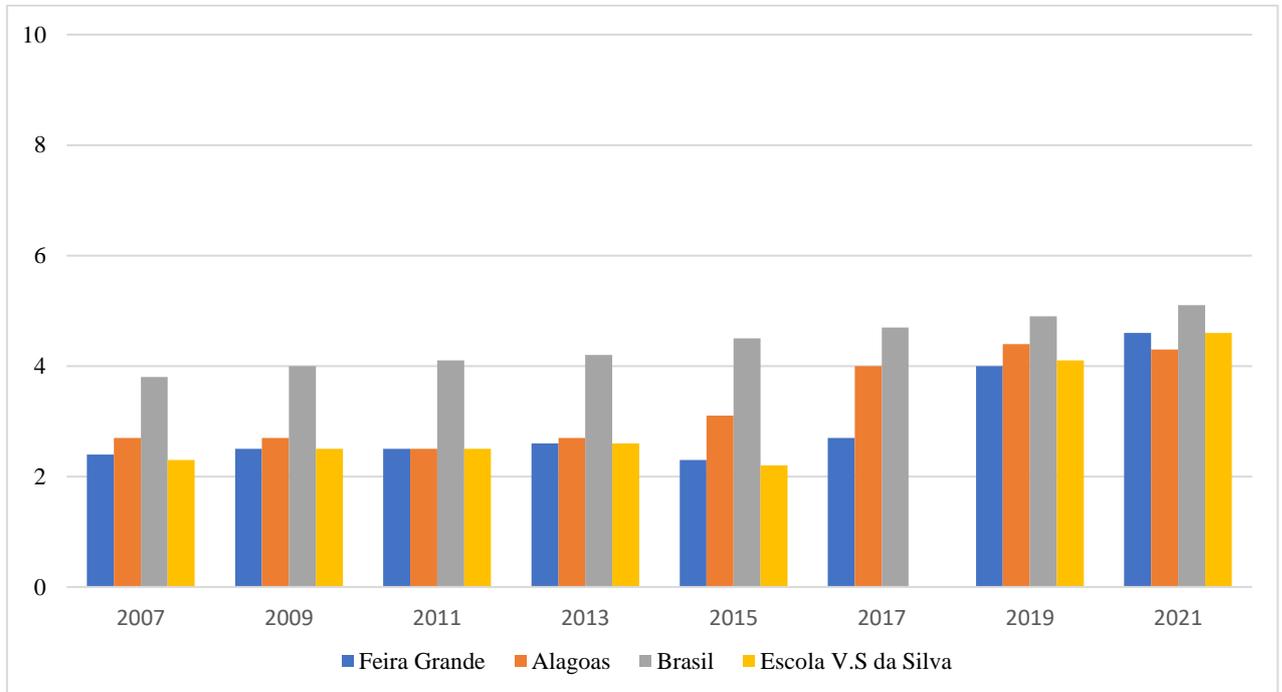
É crucial ressaltar que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é calculado com base na taxa de aprovação, além da proficiência dos alunos em matemática e língua portuguesa, mensurado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Essas taxas exercem uma influência significativa na pontuação final de Feira Grande e da escola, demonstrando o impacto positivo das melhorias observadas nas taxas de aprovação nos resultados educacionais.

Conforme o gráfico 3, ao compararmos a evolução das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre o município de Feira Grande - AL e o estado de Alagoas, torna-se evidente que, no período entre 2007 e 2009, o desempenho de Feira Grande ficou aquém do alcançado pelo estado. Nesses anos, o estado não apenas atingiu as metas estabelecidas, como também superou essas metas. Em 2011, ambos os entes alcançaram a nota 2,5. Entretanto, o estado ficou com uma nota abaixo daquela projetada pelo INEP para aquele ano (2,9), enquanto o município atingiu a meta de 2,5.

A partir de 2013, observa-se um crescimento relativo de Feira Grande em comparação com o estado. No referido ano, Feira Grande obteve a pontuação de 2,6, uma melhora em relação às duas avaliações anteriores, mas ainda inferior à meta de 2,9. Por sua vez, Alagoas

registrou uma nota de 2,7, permanecendo substancialmente abaixo da meta estabelecida pelo INEP de 3,3.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO IDEB PARA O ESTADO DE BRASIL, ALAGOAS, FEIRA GRANDE/AL E ESCOLA V.S DA SILVA – ENSINO FUNDAMENTAL II – (2007/2021)



Fonte: IDEB, INEP (2021).

No ano de 2015, Feira Grande alcançou uma avaliação de 2,3, o que representa uma queda em relação a 2013. No entanto, o município não conseguiu atingir a meta de 3,2 estipulada. Por outro lado, Alagoas apresentou um aumento em seu desempenho em comparação com as notas anteriores, passando de 2,7 em 2009 e 2,5 em 2011 para 2,7 em 2013. Contudo, ainda assim, o estado não alcançou a meta de 3,3, diferentemente do que ocorreu em 2009, e obteve uma nota de 3,1 em 2015, também abaixo da meta de 3,7.

Portanto, ao analisar essa evolução comparativa das notas do IDEB entre Feira Grande e o estado de Alagoas, fica claro que ambos os entes enfrentaram desafios na busca pelo cumprimento das metas estabelecidas, com variações ao longo dos anos que impactaram seus respectivos desempenhos educacionais.

Em seguida, no ano de 2017, houve uma desaceleração no crescimento da nota do município, que atingiu 2,7, ficando abaixo da meta esperada de 3,5. No mesmo ano, Alagoas obteve a nota 4, mesma nota projetada, indicando que, ao contrário de Feira Grande, o estado alcançou a meta.

No entanto, as notas obtidas pelo município nos anos de 2019 e 2021 mostraram um notável avanço quando comparadas aos anos anteriores, assim como em relação às notas do estado para os mesmos anos considerados. Nos anos analisados, o município atingiu as notas 4 e 4,6 no IDEB, enquanto o estado recebeu avaliações de 4,4 e 4,3, respectivamente, pelo INEP.

É fundamental ressaltar que, para os anos de 2019 e 2021, Feira Grande não apenas alcançou as metas projetadas pelo INEP, mas também as superou, ultrapassando a meta estabelecida para 2019 de 3,7 ao atingir 4 pontos. Em 2021, a projeção do INEP era de 4 pontos, e o município alcançou 4,6. Alagoas também demonstrou um desempenho admirável, registrando uma nota acima da meta em 2019, com 4,4, e uma nota ligeiramente inferior à meta em 2021, com 4,3, enquanto a meta era de 4,5.

No que diz respeito à comparação de dados, ao expandirmos essa análise para incluir a Escola Municipal de Ensino Fundamental Veridiano Soares da Silva, o estado de Alagoas e uma perspectiva nacional, podemos obter uma compreensão mais abrangente sobre a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no período examinado.

No gráfico 3, é evidente que Feira Grande apresentou um desempenho inferior quando comparado com o Brasil em todos os anos analisados. O mesmo padrão ocorre ao compararmos esses dados nacionais com os dados do estado de Alagoas e da Escola Municipal Veridiano Soares da Silva. Ao examinarmos os dados nacionais, notamos que nos anos de 2007, 2009 e 2011, as pontuações do IDEB para o Brasil foram superiores às metas projetadas pelo INEP. Entretanto, mesmo com esses números significativos, não foi possível atingir as metas estabelecidas, com pontuações abaixo da meta nos anos de 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021. Ainda assim, essas pontuações superaram as obtidas pelo estado de Alagoas, pelo município de Feira Grande e pela Escola Municipal Veridiano Soares da Silva.

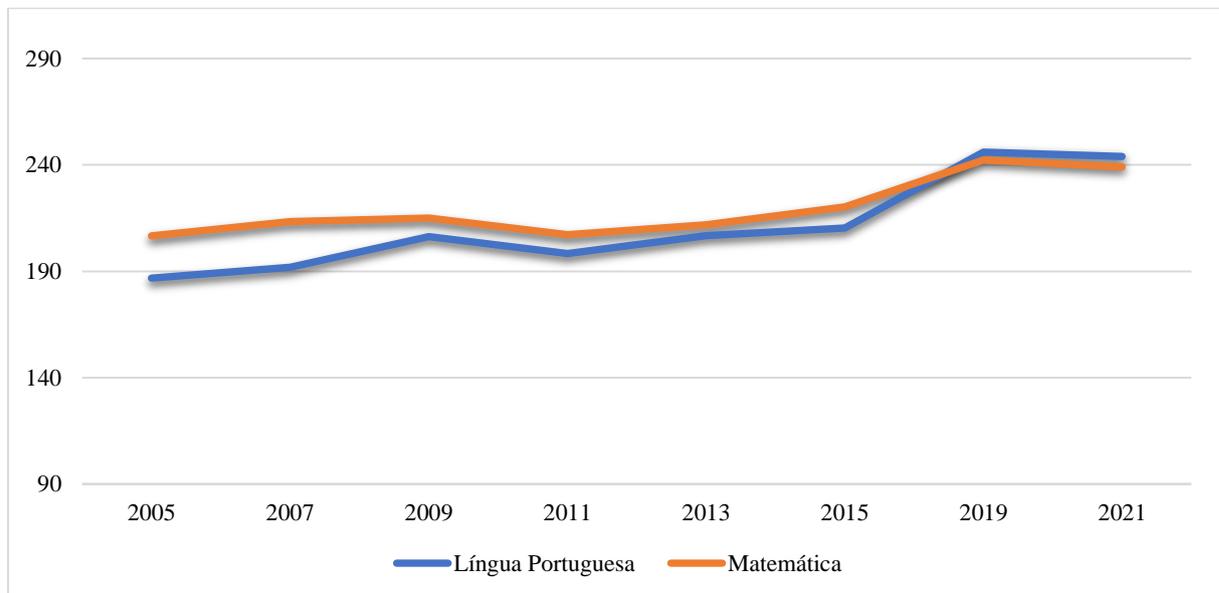
Por outro lado, ao calcularmos as médias do IDEB para as localidades analisadas, temos o seguinte resultado: Feira Grande com uma média de 2,9 nas avaliações do IDEB, Alagoas com 3,3, Brasil com 4,4 e a Escola Municipal Veridiano Soares da Silva com 2,9. No entanto, é importante notar que falta a pontuação de 2017 para a escola.

Entre os anos de 2007 e 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Feira Grande teve um crescimento acumulado de 91,6%. A Escola Veridiano Soares da Silva, seguindo a mesma tendência de crescimento, evoluiu 78,26% no mesmo período, um avanço menor em comparação ao observado para o município. No que diz respeito ao desempenho de Alagoas, foi percebido um aumento de 59,26%, um crescimento inferior aos dados para o município e a instituição de ensino. Os dados nacionais também evoluíram,

apresentando um aumento de 4,21%, um crescimento inferior ao observado para Alagoas, a instituição pública de ensino e o município de Feira Grande.

De maneira complementar, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem foco na avaliação das habilidades específicas em matemática e língua portuguesa. Com o intuito de ampliar a compreensão dos indicadores educacionais de Feira Grande e, simultaneamente, comparar a evolução da Escola Municipal Veridiano Soares de Silva ao longo dos últimos anos, apresentamos o gráfico 4. Este gráfico oferece uma análise detalhada do desempenho da escola no SAEB, abrangendo as disciplinas de língua portuguesa e matemática nos anos finais do ensino fundamental.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA NOTA SAEB DA ESCOLA ESCOLA MUNICIPAL VERIDIANO SOARES DE SILVA (2005 – 2021)



Fonte: SAEB 2021, INEP.(2021).

Ao analisarmos o gráfico 4, podemos constatar que em 2005 o nível de desenvolvimento da aprendizagem foi classificado como insuficiente, englobando todos aqueles que obtiveram uma pontuação de 0 a 199 pontos, correspondendo ao nível 0, para a disciplina de língua portuguesa. A instituição alcançou uma pontuação de 186,78, mantendo-se nessa classificação, assim como no mesmo nível 0, também em 2007. Apesar de ter obtido uma nota de proficiência de 191,89 em 2007, essa pontuação não foi suficiente para elevar sua classificação de aprendizagem para o nível básico.

Em 2009, registrou-se um leve aumento na pontuação para língua portuguesa, passando de 191,89 em 2007 para 206,23 em 2009. Esse crescimento possibilitou que o nível de

aprendizagem deixasse a classificação de insuficiente e fosse reclassificado como básico, no nível 1 da escala SAEB. Entretanto, em 2011, o nível de aprendizagem da instituição foi novamente reclassificado, voltando para o nível 0 de insuficiente da escala SAEB, devido a uma queda em sua avaliação em relação ao ano anterior, alcançando a pontuação de 198,39 em 2011.

Adicionalmente, em 2013, observamos um aumento na escala de aprendizagem, resultando na reclassificação da instituição para o nível básico de proficiência, com uma pontuação de 206,98. Em 2015, ocorreu um novo aumento, atingindo a pontuação de 210,37, mantendo-se no nível 1 da escala básica (200 a 224 pontos). Em 2019, houve uma melhoria significativa no indicador de aprendizagem para língua portuguesa, alcançando a pontuação de 246,01, ainda na categoria básica, porém avançando para o nível 2 (225 a 249 pontos). No ano subsequente, 2021, apesar da redução na pontuação, a instituição manteve-se na escala básica, no nível 2.

Embora tenha sido observada uma oscilação na nota ao longo de alguns anos avaliados, é possível perceber uma tendência geral de evolução na pontuação, sobretudo a partir de 2013, nas médias de proficiência em língua portuguesa.

Além disso, ao analisarmos a evolução das notas no SAEB para o componente curricular de matemática, podemos perceber que nos anos de 2005, 2007 e 2009 houve uma leve progressão na pontuação na escala SAEB para este componente. Mesmo com essa evolução, as médias de proficiência nesses anos foram classificadas na escala SAEB como insuficientes, especificamente na categoria insuficiente nível 1, com pontuações de 206,65 em 2005, 213,38 em 2007 e 214,94 em 2009.

Na avaliação de 2011, quando comparada aos dados das avaliações dos anos anteriores, nota-se uma redução na pontuação. No entanto, em 2013, a pontuação melhorou, atingindo 211,83, porém permanecendo na mesma categoria de insuficiente nível 1. Na avaliação subsequente, em 2015, houve outra melhoria na avaliação, alcançando a pontuação de 220,28.

Da mesma forma, o ano de 2019 trouxe resultados positivos para o crescimento da pontuação na média de proficiência em matemática. Naquele ano, a pontuação atingiu 242,3, avançando da categoria de insuficiente nível 1 para a categoria básica nível 2 (225 – 249 pontos). Mesmo com uma leve redução na pontuação em 2021, quando atingiu 239,03, as habilidades em matemática continuaram na categoria básica nível 2.

De maneira geral, tanto os dados do município de Feira Grande quanto da Escola Municipal Veridiano Soares apresentaram variações positivas ao longo das últimas duas décadas, sobretudo na década de 2010. A variação positiva é mais consistente no IDEB,

enquanto no SAEB foram observadas mais oscilações, principalmente durante a primeira década do século 21. Os dados de 2011 são representativos dessas oscilações negativas. No entanto, a tendência de queda se reverteu nos anos subsequentes, e entre 2011 e 2021, as avaliações do SAEB para a Escola Veridiano Soares oscilaram positivamente em 15,34% em matemática e 22,9% em língua portuguesa.

No entanto, resta a especulação sobre as próximas avaliações. Os quase dois anos de pandemia e, conseqüentemente, o distanciamento social e o ensino remoto, podem impactar negativamente ou não tanto o IDEB quanto o SAEB. As razões para esses possíveis impactos negativos podem ser deduzidas a partir dos dados e das questões que abordamos nos próximos itens.

3 EDUCAÇÃO E O ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, no artigo 205, evidencia que a educação é um “direito de todos e dever do Estado” (Brasil, 1988, p. 123). Além disso, a Constituição estabelece as responsabilidades e os deveres do Estado em garantir esses direitos aos cidadãos. Portanto, o acesso à educação e aos recursos necessários para isso é um direito inviolável.

Paralelamente, o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) destaca a importância da educação:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990, P. 11)

Das citações que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente defendem expressamente o direito de acesso à educação como um dever do Estado, mas que envolve também a sociedade. A educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos. A Constituição também defende a democracia, e isso só é possível quando escolas, universidades e outras instituições atuam no sentido de construir as bases da convivência social, respeitando os direitos individuais e coletivos, e formando homens e mulheres capazes de influenciar a estrutura do Estado para adequá-lo às necessidades atuais. Somente uma sociedade composta por cidadãos pode alcançar esse objetivo, e isso requer uma educação preocupada com a formação de homens e mulheres livres.

Educar-se significa tornar-se cidadão, consciente de seus direitos e deveres dentro de uma sociedade democrática, e fazer parte de um mundo mais amplo e significativo. Conforme destacado por Freire (2000, p.31), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Segundo a visão de Freire, a educação desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade e das relações que nela ocorrem.

O texto constitucional deixa claro que é dever da sociedade como um todo preservar a função social da escola, garantindo “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996, p.8). A escola, como ambiente natural de formação de cidadãos, desempenha um papel relevante nesse processo. Ela não apenas fornece educação, mas também promove a socialização. Para cumprir essa função, é necessário proporcionar uma educação de qualidade para todos.

Por isso, as escolas públicas desempenham um papel tão importante. São elas que garantem o direito à formação e sociabilização para todos, mas também foram as mais afetadas pela pandemia de Covid-19, enfrentando desafios tanto em relação aos problemas estruturais já existentes quanto aos novos desafios impostos, como o acesso e uso de tecnologias.

Entre 2020 e 2021, que foram anos especialmente desafiadores devido à pandemia, a educação pública sofreu muitos impactos negativos, principalmente devido às medidas de isolamento e distanciamento social. Com isso, a escola, como espaço físico de socialização, foi substituída pelas tecnologias digitais. Em vez da sala de aula, que é um espaço de convívio e interação, tivemos as telas do computador e dos celulares. Em vez da relação direta entre professor e aluno, tivemos uma relação intermediada, distanciada no espaço e no tempo.

É fato que as medidas profiláticas adotadas pelos órgãos de saúde municipais, estaduais e federais, juntamente com a rápida disseminação internacional do vírus, pegaram todo o sistema público de ensino despreparado. Em grande parte dos casos, professores e escolas atuaram de maneira improvisada. A transição do ensino presencial para o não presencial, sem um planejamento adequado, deixou muitos alunos sem acesso à internet e às ferramentas digitais de ensino. Nesse processo, o direito constitucional à educação foi violado.

A rápida adaptação do ensino para se adequar a essa nova realidade, com a incorporação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, foi desafiadora não apenas porque representava uma nova metodologia de ensino, mas também porque evidenciou as diferenças socioeconômicas e sociais presentes na sociedade brasileira.

Nesse sentido, os principais danos causados pela pandemia nos processos de ensino e aprendizagem foram resultado da falta de acesso à internet e às plataformas de ensino, bem como da falta de preparo dos professores e alunos para utilizar essas tecnologias. A lentidão do Estado em organizar e responder a esses desafios também contribuiu para o problema. Segundo Lima *te al.*:

Diante das transformações técnicas e tecnológicas pelas quais passam a sociedade, as escolas e o processo de ensino e aprendizagem têm sido desafiados diária e cotidianamente a desenvolver metodologias que desperte no aluno a curiosidade e distingue a questionar as informações que estão alargamento disponíveis nos meios de comunicação notadamente ou da massa (Lima; Silva; Araújo, 2018, 77).

Para que isso se concretize, é necessário que o poder público estabeleça mecanismos que garantam a permanência dos alunos na escola, tornando-a um espaço acolhedor, com igualdade de oportunidades e condições para todos. No entanto, cabe aos professores concretizar isso em sala de aula por meio de processos e metodologias adequadas. Se os

professores não foram devidamente preparados tecnicamente e metodologicamente para ensinar com o uso das tecnologias digitais, encontramos novamente limitações ao direito à educação.

Além de ser um espaço de socialização, a escola possui diversas particularidades. É nela que convivem pessoas e conhecimentos diferentes; é nela que se encontram as dinâmicas do mundo, como a pandemia, e também é um local em que todas as contradições, antigas e novas, da educação se concretizam. Durante a pandemia, as medidas profiláticas adotadas contra a Covid-19 assumiram proporções de uma tragédia social nas escolas.

Já em 2019, antes da pandemia, de acordo com dados do Fundo das Nações Unidas pela Educação (UNICEF), Alagoas foi o estado do Nordeste com a maior taxa de exclusão escolar de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos (4,3%) (Unicef, 2021, p. 17-18 e 48). Com o fechamento das escolas e as medidas de distanciamento social em 2020, “17,7% das crianças e adolescentes alagoanos de 6 a 17 anos ficaram sem acesso às aulas, o que corresponde a 124.106 estudantes nessa faixa etária” (G1 AL, 2021, s/p).

Embora não haja dados específicos para Feira Grande, podemos supor que esses dados também sejam representativos da realidade educacional no município. No próximo item, com o objetivo de esclarecer essas questões, apresentaremos as medidas contra a Covid-19 adotadas pelo Município de Feira Grande/AL e suas consequências na área da educação.

3.1 A PANDEMIA E AS MEDIDAS PROFILÁTICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um alerta sobre vários casos de pneumonia causados por um novo vírus, posteriormente identificado como uma cepa de coronavírus que ainda não havia infecta dos seres humanos. Os primeiros casos surgiram em Wuhan, a capital da província de Hubei, na República Popular da China. O governo chinês alertou sobre a propagação do vírus e, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional”, emitindo um alerta global sobre a pandemia.

À época, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, afirmou que “o principal motivo dessa declaração não diz respeito ao que está acontecendo na China, mas o que está acontecendo em outros países. Nossa maior preocupação é o potencial do vírus para se espalhar por países com sistemas de saúde mais fracos e mal preparados para lidar com ele” (OPAS, OMS, Genebra, 30 jan 2020)

Infelizmente, a fala de Tedros Adhanom Ghebreyesus confirmou-se logo depois. Por exemplo, em fevereiro de 2020, os primeiros casos da doença foram registrados no Brasil. Os jornais e telejornais brasileiros, tanto a nível local quanto nacional, começaram a contabilizar o número de casos e, posteriormente, o número de mortes. Isso resultou no surgimento de um cenário de caos e emergência na saúde pública brasileira. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA implementou as primeiras medidas para lidar com a doença e conter a propagação do vírus. O município de Feira Grande também iniciou suas ações com o objetivo de mitigar os efeitos negativos da pandemia.

Inicialmente, os casos da doença se concentraram nos estados da região Sudeste do Brasil, mas em pouco tempo houve um aumento significativo de casos em todas as regiões e municípios do país. Por exemplo, em 8 de março de 2020, Alagoas confirmou seu primeiro caso da doença, apenas 11 dias após o primeiro caso registrado no Brasil. Somente no primeiro ano da pandemia, o estado registrou mais de 136 mil casos da doença. Feira Grande, do início da pandemia até 2022, registrou 1.076 casos e 24 mortes, resultando em uma taxa de letalidade de 2,23%, acima da média nacional, que é de 1,72%. Especificamente em 2020, foram contabilizados 496 casos e 8 mortes, com uma taxa de letalidade de 1,61%.

Assim como em todos os 5.568, Distrito Federal e Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Feira Grande também adotou medidas de isolamento e distanciamento social para conter o avanço da pandemia. Todas as instituições públicas, incluindo as escolas públicas, foram fechadas esse decreto determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino no período de 18/03/2020 a 01/04/2020, com a possibilidade de revogação ou prorrogação conforme necessário (Feira Grande, 2020, p.4). Uma equipe da vigilância sanitária foi colocada na AL-485, 24 horas por dia, para verificar a temperatura corporal de quem entrava ou saía da cidade.

Tais medidas foram estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 7145 de 17/03/2020, em consideração a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN em decorrência da infecção humana pelo COVID-19 (coronavírus), bem como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020.

À medida a pandemia avançava, novos decretos foram publicados pela administração municipal, os decretos nº 1695/2020, 1696/2020, 1697/2020, 1698/2020, 1699/2020, 1700/2020, 1706/2020, 1707/2020, 1710/2020, 1712/2020, 1715/2020, 1756/2020 e 1793/2020, destaca-se o Decreto Municipal nº 1793/2020, de 12 de novembro de 2020, que

trouxe orientações sobre a retomada das atividades educativas no âmbito das instituições públicas de ensino.

Em seu Art. 2º, esse decreto autoriza a “retomada das atividades de ensino presenciais para adultos (maiores de dezoito anos) nas instituições e escolas localizadas no Município que oferecem cursos livres, como escolas de idiomas, de informática, cursos preparatórios e de capacitação profissional, bem como na rede de ensino superior, pública e privada. A retomada está sujeita à aprovação de um protocolo sanitário que será publicado por meio de Portaria da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e aprovado pelos órgãos sanitários da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU)” (Decreto 1793/2020, p. 3), no entanto, no §1º do mesmo artigo, “recomenda-se que sejam priorizadas as aulas virtuais” (Decreto 1793/2020, p. 3).

Em âmbito nacional, a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19, esse direcionado para as instituições federais de ensino. Em seu artigo 1, a Portaria autoriza, de forma excepcional, a substituição das disciplinas presenciais em andamento por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, respeitando os limites estabelecidos pela legislação em vigor. A validade dessa substituição seria de até trinta dias, sendo prorrogáveis de acordo com as orientações do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital. A Portaria também orienta que as instituições sejam responsáveis pela definição das disciplinas que podem ser substituídas, pela disponibilização de ferramentas aos alunos para acompanhar os conteúdos oferecidos e pela realização de avaliações durante o período autorizado.

No contexto geral, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020, que definiu “Orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia”, com o objetivo de reorganizar o calendário acadêmico desses estudantes, assim como orientar sobre as medidas educacionais a serem desenvolvidas diante do cenário atípico que vivenciamos.

Além disso, em 18 de agosto de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.040, que “estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009”, a lei em questão dispensou, em seu Art. 2, parágrafo 1º, e em caráter excepcional, “da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” voltado para a educação infantil.

Adamais, em seu parágrafo 2º esclarece que “no ensino fundamental e no ensino médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do inciso I do caput e do § 1º do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”, contudo, conclui que tais medidas devem estar de acordo com o cumprimento da “carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem”.

Entre o primeiro caso de Covid-19 noticiado em 26 de fevereiro de 2020 e o fechamento total das escolas, menos de trinta dias se passaram. Essa rápida transmissão, não permitiu uma transição adequada da modalidade de ensino, não permitindo assim uma preparação adequada para lidar com as mudanças impostas. A mudança de um espaço físico para um ambiente virtual com o uso de computadores e celulares como meios de ensino causou problemas de diversas naturezas. A Escola Municipal Veridiano Soares da Silva, a maior escola do município de Feira Grande, enfrentou desafios significativos no processo de adaptação a essa nova realidade.

A partir desse momento, uma nova modalidade de ensino, geralmente improvisada, começou a ser desenvolvida com o objetivo de manter os alunos “na escola”. Grupos de WhatsApp foram criados para manter as famílias atualizadas sobre as principais informações relacionadas ao ensino e aprendizagem dos alunos dentro desse contexto. Além disso, os professores se reuniram em plataformas virtuais para aprender como lidar com essa nova modalidade de ensino e aprendizagem. Os grupos de WhatsApp, que inicialmente surgiram com o objetivo de informar pais e alunos, tornaram-se um mecanismo importante na comunicação entre professores e estudantes.

A partir desse momento, uma nova “metodologia de ensino” começou a ser desenvolvida no sistema público de ensino do Município de Feira Grande. Os métodos utilizados nas aulas remotas buscavam promover a interação entre professor e aluno, apesar das dificuldades técnicas, como trabalhar com tecnologias digitais, e das dificuldades práticas, como a falta de computadores ou recursos adequados para professores e alunos.

Há muitas questões importantes nessas reflexões. A primeira delas está relacionada à separação física entre professores e alunos, algo que antes era excepcional, especialmente na educação básica. Com a pandemia, essa separação se tornou concreta e, em alguns casos, assumiu um caráter traumático, visto os prejuízos na aprendizagem causada pela separação entre educador e educando. A segunda questão diz respeito às tecnologias digitais, que teoricamente deveriam funcionar como meio de interação entre professor e aluno, além de proporcionar acesso a mais informações e possibilitar práticas e aprofundamento da aprendizagem.

A partir dessas reflexões, fica evidente a necessidade de cautela e de uma preparação teórica e prática adequada para a implementação e o desenvolvimento do ensino a distância. Durante a pandemia, no entanto, a urgência prevaleceu e as reflexões e planejamentos foram deixados em segundo plano. Esse atropelo, sem dúvida, afetou tanto os professores quanto os alunos, que tiveram que se “adaptar” à nova realidade impostas pelas condições de contágio letal do vírus

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o ensino remoto na Escola Municipal Veridiano Soares da Silva, em Feira Grande – Alagoas, os docentes seguiram as orientações da Secretaria Municipal de Educação (SME), assim como às da coordenação pedagógica da escola, com o objetivo de oferecer um ensino de qualidade. Isso diante das dificuldades em consequência das medidas de isolamento e distanciamento social imposta pela emergência global de saúde pública causada pela pandemia do coronavírus (COVID-19).

Nesta nova perspectiva, a adoção de uma metodologia de ensino que faz uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) tornou-se necessária e imprescindível para manter o básico em funcionamento. Além disso, era necessário para manter os alunos matriculados. Assim, os professores optaram por elaborar conteúdos domiciliares mais flexíveis, que facilitassem não apenas o processo de aprendizagem, mas também a obtenção de conhecimento.

À medida que os decretos municipais, estaduais e federais eram promulgados, impondo novas medidas para garantir a saúde pública, as deficiências no sistema público de ensino tornavam-se cada vez mais evidentes. Por exemplo, em 2020, uma série de portarias do Ministério da Educação (Portarias 343, 345, 356, 473 e Medida Provisória 934 de 1º de abril de 2020) foi emitida tendo como base a emergência de saúde pública abordada pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Com isso, as aulas presenciais foram suspensas, abrindo espaço para a institucionalização do ensino remoto e o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), porém sem proporcionar as condições técnicas e formativas necessárias.

Os professores tiveram que se reinventar e se adaptar a essa realidade imposta, utilizando aplicativos e plataformas de ensino como métodos de aprendizagem na Escola Municipal Veridiano Soares da Silva em 2020. De acordo com Azevedo (2020, p.227):

A maioria dos professores, até o momento da pandemia, não tinha o hábito de utilizar tecnologias em suas aulas e quando utilizava era de forma pontual. Esses professores tiveram de mudar sua forma de dar aula em um curto espaço de tempo. Os professores, em sua maioria, tiveram de se adaptar a ministrar aula para um computador. [...] Além de ter de aprender a ministrar sua aula de forma online, muitos professores tiveram de aprender rapidamente a utilizar diferentes aplicativos e ambientes virtuais de aprendizagem, aprender a gravar vídeo aulas, tudo isso em pensando em como possibilitar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo para seus alunos, por meio de atividades síncronas ou assíncronas [grifo nosso]¹.

¹ Fala de um entrevistado durante a pesquisa de campo.

Na tentativa de implementar uma nova modalidade de ensino, a escola exerceu o papel de unir forças e articular junto com os profissionais docentes na busca de uma forma de se adequar. Alguns professores tiveram que trabalhar juntos para se adequarem e aprenderem. No entanto, o ensino a distância também apresenta desafios, como a necessidade de uma boa conexão de internet e equipamentos adequados para a realização das atividades. Além disso, é preciso que os alunos tenham disciplina e motivação para estudar de forma autônoma, já que a interação com os professores e colegas é limitada ou inexistente.

Nesse contexto, vale destacar as experiências vivenciadas por um dos professores, o qual escreveu uma carta relatando suas experiências durante o ensino não presencial. Ele mencionou que “recebia ligações telefônicas em horários inoportunos” que alguns alunos alegavam “ter internet apenas para acessar o WhatsApp” e que ocorriam “saídas repentinas dos encontros virtuais”². Além disso, o professor citou que as “atividades eram enviadas para correção perto do fim do bimestre” e que alguns alunos não tinham um espaço adequado para acompanhar as aulas. Ele também mencionou que era responsável por produzir os conteúdos dos materiais que seriam impressos para os alunos que alegaram não poder participar dos encontros virtuais.

No mais, o professor destaca ainda a dificuldade dos alunos de manter atenção nos conteúdos abordados. Ele afirma que “se, presencialmente, estudantes já não se faziam ouvintes, através da tela do celular ou computador, a atenção dos estudantes foi muito menor”³. Contudo, não foi só a distração dos alunos o único problema por ele enfrentado, o docente relata ainda que por alguns momentos foi surpreendido com “piadas de desconhecidos”, que logo eram justificadas pelos discentes alegando não terem sido eles os autores das piadas, em seguida, desconectavam da sala virtual.

Outros acontecimentos relatados pelo professor referem-se à dificuldade de identificar os alunos, uma vez que eles frequentemente acessavam as salas de encontros virtuais com um e-mail que não correspondia ao nome do estudante. Além disso, o docente mencionou as saídas repentinas dos alunos causadas por falta de energia. Essas dificuldades técnicas relatadas destacam os desafios enfrentados durante o ensino remoto, evidenciando as limitações e obstáculos encontrados tanto pelos educadores quanto pelos alunos.

Por fim, o entrevistado conclui afirmando:

² Fala de um entrevistado durante a pesquisa de campo.

³ Fala de um entrevistado durante a pesquisa de campo.

Durante a pandemia da COVID-19, o processo de ensino e aprendizagem escolar ganhou novos desafios. A grande parte dos docentes teve que se adaptar para fazer uso de tecnologias a partir de suas casas para ministrar suas aulas. Boa parte dos discentes sequer tinha acesso à internet. Dessa forma, a pandemia potencializou vários problemas que já existiam, visibilizando-os, como é o caso do analfabetismo tecnológico. Em meio a tudo isso, as desigualdades educacionais, sobretudo entre os estudantes da rede pública (Municipal), aumentaram significativamente⁴.

Nas Atas das reuniões do corpo pedagógico da Escola Veridiano Soares faltam informações sobre as ações desenvolvidas durante o período de fechamento da escola. No entanto, nas entrevistas que realizamos durante pesquisa, a informação é que não houve discussões sobre os métodos utilizados para ministrar as aulas, e cada professor escolheu o método adequado aos seus interesses pedagógicos. Portanto, não houve uma padronização, e a escola não selecionou uma plataforma modelo para todos. Isso, obviamente, trouxe mais desafios, pois o uso de várias plataformas exigia maior conhecimento técnico por parte dos alunos e pais.

Para os alunos que não possuíam acesso à internet, a Escola adotou apostilas como meio para garantir o acesso ao ensino. Ao ser questionada sobre a eficácia desse método para o processo de aprendizagem dos alunos, a direção da escola informou que acredita que essa medida permitiu o acesso à educação e à aprendizagem necessária para esses alunos, considerando as dificuldades de acesso às tecnologias.

A coordenação da escola Veridiano esclareceu que foram tomadas medidas emergenciais com o objetivo de manter o acesso dos alunos aos conteúdos didáticos, utilizando todos os meios disponíveis. Segundo eles, essas ações tinham como objetivo garantir a todos os alunos o direito à educação e buscar uma dinamização das aulas que incluísse a todos, independentemente de classe ou condição econômica. No entanto, eles também destacaram que a instituição tinha muitos estudantes sem acesso à internet, de acordo com a diretora da instituição de ensino, aproximadamente 60% dos alunos matriculados em 2020 estavam sem acesso à internet, o que corresponde a aproximadamente 855 alunos que não podiam ter acesso às aulas online. Portanto, as apostilas foram uma necessidade para fornecer exercícios e conteúdo para esses alunos. Apesar de destacarem o uso de plataforma digitais, o meio que prevaleceu, portanto, foram as apostilas impressas.

No caso dos alunos com acesso a tecnologias, a interação entre professor e aluno foi mantida, mesmo que de forma indireta. No entanto, para aqueles que receberam as apostilas, os materiais eram entregues presencialmente a cada 15 dias, de forma escalonada para evitar aglomerações. Ao ser questionada sobre como os alunos tiravam suas dúvidas em relação aos

⁴ Fala de um entrevistado durante a pesquisa de campo.

conteúdos recebidos, a diretora da instituição respondeu que “na maioria das vezes, as dúvidas eram sanadas pela família de cada aluno, e em alguns casos eles vinham até a escola para tirar suas dúvidas com as coordenadoras⁵”.

O corpo pedagógico da escola reconhecia as limitações dessas “adaptações”. Antes de 2020, não havia nenhuma atividade voltada para o ensino remoto, o uso de tecnologias em sala de aula ou o uso de plataformas de ensino à distância. Isso se devia ao modelo tradicional de ensino adotado por muitas escolas brasileiras, que era mais centrado no professor e no livro didático, com pouca abertura para o uso de tecnologias. Esse modelo de ensino conservador parecia ignorar a realidade externa à escola, cada vez mais digitalizada, globalizada e em constante transformação.

É importante ressaltar que o ensino remoto e o uso de tecnologias não substituem a escola, que é um espaço de aprendizagem e sociabilização por natureza, nem substituem o papel do professor, que é aquele que sintetiza a informação e a transforma em conhecimento socialmente válido. Porém, ignorar que as tecnologias fazem parte da sociedade e afetam a vida econômica, social e cultural é isolar a escola do mundo e torná-la obsoleta.

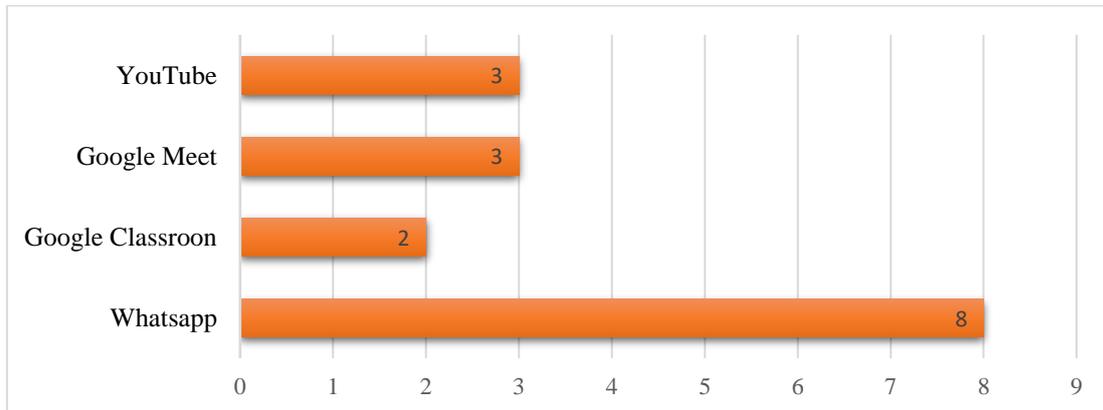
Quando analisamos as ações do corpo pedagógico da escola Veridiano Soares fica claro que a pandemia não revelou somente às dificuldades técnicas do ensino remoto, as dificuldades de professores e alunos em lidar com tecnologias. Ela revelou problemas estruturas já existentes, tais com: falta de conhecimento de manuseio dos equipamentos tecnológicos e de software de ensino pelos professores; falta de interesse dos pais pelos desenvolvimentos da aprendizagem dos filhos; despreparo da equipe técnica da escola para adotar o ensino remoto mais rápido; falta de acesso à internet por alunos etc.

À medida que o ensino remoto se desenvolvia, dois grupos de alunos se tornaram evidentes: aqueles com acesso à internet, computadores ou celulares, e aqueles que não estavam incluídos digitalmente. Essas realidades contrastantes eram desafios diários para os professores lidarem.

Quanto às plataformas utilizadas pelos professores, entrevistas (questionário) foram realizadas para coletar informações sobre o uso de aplicativos e/ou plataformas de ensino. Com base nessas entrevistas, elaboramos o Gráfico 5.

⁵ Fala de um entrevistado durante a pesquisa de campo.

GRÁFICO 5 - APLICATIVOS DE ENSINO USADOS DURANTE AS AULAS NÃO PRESENCIAIS.

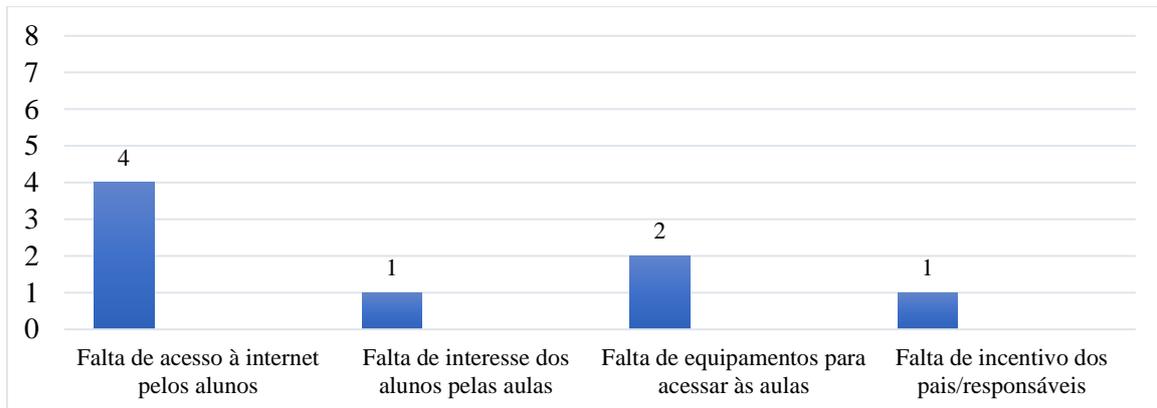


Fonte: Pesquisa de campo (2021-2023).

A partir do gráfico 5, é possível analisar que os professores indicaram o uso do *Google Classroom*, como ferramenta de comunicação e de aplicação dos conteúdos didáticos, visto que esse software possibilita o compartilhamento e recebimento de uma variedade de formatos de mídia: texto, fotos, documentos PDF e word, assim como o *Google Meet*, que, entre 2020 e 2021 foi uma das principais ferramentas utilizadas nas aulas remotas, contudo, sua utilização foi indicada por 3 docentes da instituição etc. O *WhatsApp* foi o software mais usado pelos docentes da instituição, citado por todos os professores pesquisados. Isso se deve, entre outras coisas, ao fato de o *WhatsApp* exigir pouco preparo técnico, ser uma ferramenta comum no cotidiano e de fácil utilização. No entanto, é uma ferramenta limitada e revela o ambiente de improvisação ao qual os professores foram submetidos.

Contudo, segundo as informações dos professores e coordenação pedagógica da escola alguns, surgiram alguns problemas o uso das plataformas/aplicativos durante o ensino remoto. Para descrever a dimensão desses desafios, o gráfico 6 sintetiza algumas informações dos problemas enfrentados pelos professores durante o ensino remoto na instituição.

GRÁFICO 6 - PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DURANTE O ENSINO REMOTO NA INSTITUIÇÃO.

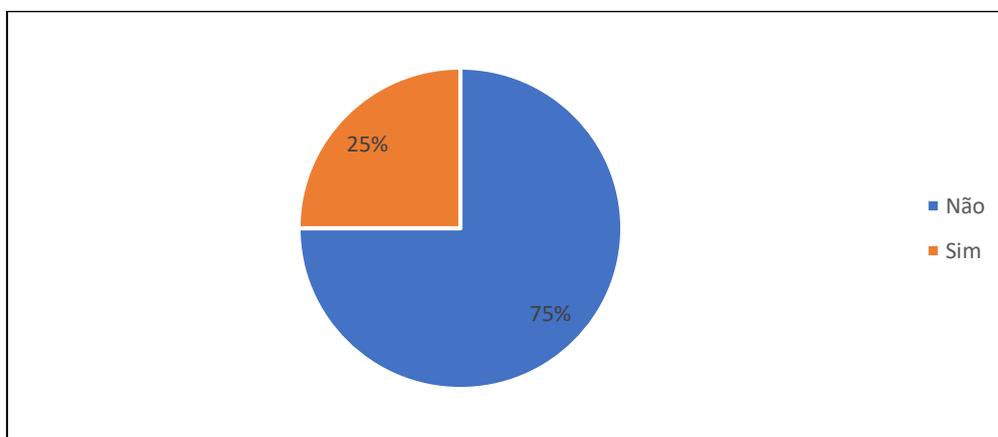


Fonte: Pesquisa de campo (2021-2023)

No gráfico 6, percebe-se que a maioria dos problemas apontados pelos professores corresponde à falta de acesso à internet pelos alunos. Esse problema foi mencionado por 4 dos 8 entrevistados, representando 50% do total de entrevistados. A segunda problemática mais apontada pelos professores é a falta de equipamentos para acessar as aulas, totalizando 2 indicações, o que corresponde a 25% do valor total. Em terceiro lugar, com 1 indicação, temos a falta de interesse dos alunos pelas aulas, correspondendo a 12,5% dos professores. Por fim, também com 1 indicação, ficou a falta de incentivo dos pais/responsáveis, ou seja, 12,5%.

Além disso, outro tema abordado diz respeito ao apoio técnico ou financeiro por parte da administração da escola e da Secretaria Municipal de Educação. As respostas estão agrupadas no gráfico 7.

GRÁFICO 7 – PROFESSORES QUE RECEBERAM APOIO TÉCNICO OU FINANCEIRO POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA OU DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.



Fonte: Pesquisa de campo (2021-2023).

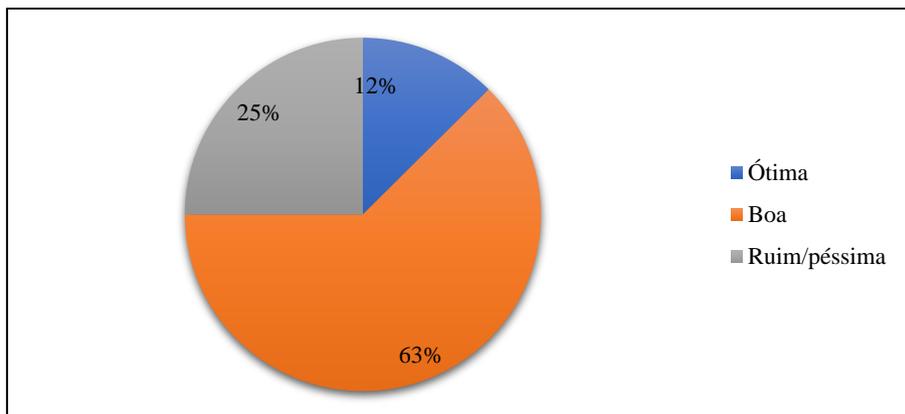
No gráfico 7 é possível observar que a maioria dos professores, ou seja, 75% deles (6 dos professores consultados), indicaram não ter recebido apoio da instituição, seja ele técnico ou orçamentário. Em contrapartida, 2 docentes, representando 25%, afirmaram ter recebido algum apoio da escola ou da Secretaria de Educação, entre os professores que participaram da pesquisa estão 1 professor de geografia, 1 professora de história, 2 professores de língua portuguesa, 1 professora de ciências, 1 professora de língua inglesa, 1 professora de AEE e 1 professora de matemática.

Com relação aos dois educadores que, durante a pesquisa, responderam “sim” para a pergunta “durante as aulas remotas, a administração da escola, bem como da Secretaria de Educação, deu algum apoio técnico ou financeiro ao senhor (a)?”, essas educadoras não esclareceram qual tipo de apoio receberam.

Quando indagamos aos professores sobre apoio técnico ou financeiro por parte da administração pública ou direção da escola, 75 % dos professores entrevistados disseram não ter recebido apoio, e 25% disseram que receberam algum tipo de apoio, conforme o gráfico 7.

Além disso, questionamos os professores sobre a qualidade do acesso à internet nas residências dos docentes, que, por quase 2 anos, tornou-se seu local de trabalho, conforme o gráfico 8.

GRÁFICO 8 - AVALIAÇÃO DA INTERNET NA RESIDÊNCIA DO DOCENTE.



Fonte: Pesquisa de campo (2021-2023).

A partir do gráfico 8, observamos que a maioria dos professores entrevistados respondeu possuir uma internet de boa qualidade. Isso corresponde a 5 das 8 respostas, representando 63% do total. Além disso, outros 2 entrevistados informaram que seu acesso à internet era ruim ou péssimo, totalizando 25% das respostas. Um professor respondeu ter um acesso excelente à internet, o que representa 12% dos 8 entrevistados.

Quanto aos equipamentos utilizados durante o ensino não presencial, todos os professores entrevistados afirmaram que os equipamentos utilizados pertenciam a eles. No que diz respeito aos alunos, devido às medidas de isolamento e distanciamento social, a escola conseguiu obter dados sobre as condições reais enfrentadas pelos alunos. Além disso, informações cadastrais incorretas ou desatualizadas, como endereços de e-mail e números de telefone, afetaram o contato da coordenação da escola com os alunos. Com isso, a única informação que a escola possui é sobre o número de alunos que dependiam das apostilas.

Quanto ao desenvolvimento escolar dos alunos, em 2020 nenhum aluno dos 1425 matriculados foi reprovado ou transferido. Isso ocorreu em conformidade com o parecer técnico n° 063/2020 e a Resolução 001/2021-CEE/AL, emitidos pela Secretaria de Educação do Estado, que validaram o ano letivo de 2020. Portanto, não foi possível comparar os dados do período pandêmico com outros anos escolares, considerando a situação atípica imposta.

É importante destacar que a questão problemática não se limita apenas à aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim ao acesso ao conhecimento. As informações coletadas evidenciam as dificuldades enfrentadas na inclusão e na oferta de um ensino que esteja verdadeiramente preocupado com a formação dos alunos. O principal impacto da pandemia foi sentido na formação básica dos alunos. Em vez de enfrentar diretamente esse desafio, as medidas adotadas parecem ter colocado o problema em segundo plano, sem uma verdadeira preocupação com o direito à educação.

A pandemia trouxe desafios para o processo de ensino-aprendizagem desses alunos, resultando em estratégias e planos de ação. No entanto, tais medidas revelam mais a violação do direito à educação do que a garantia de acesso. A complexidade da pandemia desafiou a educação pública municipal e os professores em relação ao uso de tecnologias, mas as justificativas frequentemente servem como uma forma de evitar enfrentar o problema de frente. Os dados também deixam outra evidência clara: a desigualdade de acesso às tecnologias, internet sobretudo. Os índices econômicos relatados no começo desse trabalho estão nas origens dessa desigualdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos a respeito de tudo o que foi exposto, somos levados a compreender quão complexa é a adaptação “forçada” a uma nova metodologia de ensino imposta pela pandemia. A essa complexidade podemos atribuir as deficiências técnicas que as escolas públicas possuem, seja por gestão local ineficiente, seja pela omissão do Estado em preparar tais instituições para as novas realidades decorrentes do avanço tecnológico potencializado pela Revolução Técnico-Científica-Informacional; seja também por problemas econômicos, tais como os enfrentados pela população de Feira Grande.

Com relação ao município de Feira Grande, ao observarmos os dados expostos, percebemos que não houve uma redução significativa no quantitativo de matrículas na rede pública de ensino entre os anos de 2019, 2020 e 2022, visto que a queda acumulada foi de apenas 1,13%. No que diz respeito aos anos de 2019 a 2020, essa queda foi de 1%, não havendo prejuízo significativo nos registros.

Outra informação importante refere-se aos dados obtidos por meio da análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para o município de Feira Grande, no agreste de Alagoas, sua pontuação foi de 4 em 2019, aumentando para 4,6 na avaliação seguinte, em 2021. A Escola Veridiano Soares da Silva também obteve uma pontuação positiva, passando de 4,1 em 2019 para 4,6 em 2021. Nesse caso, percebemos uma evolução nos resultados nas avaliações do IDEB, mas ainda não conseguimos avaliar todos os efeitos da pandemia sobre o desenvolvimento dos índices educacionais no município.

Em sentido semelhante, percebe-se uma melhora significativa nos dados referentes ao desempenho de Feira Grande nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No entanto, esse indicador relevante considera tanto a taxa de aprovação escolar quanto o desempenho dos alunos em avaliações de Matemática e Língua Portuguesa. Por isso, esses dados devem ser analisados com cautela, uma vez que eles podem não condizer com a realidade local. Isso ocorre devido à aprovação da junção dos anos letivos de 2020 e 2021 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), vinculado ao Ministério da Educação, que possibilitou a adoção de aprovação automática. Essa medida flexibilizou os critérios de avaliação e promoção dos alunos, embora não fosse obrigatória, muitas instituições de ensino a adotaram, sem necessariamente considerar os reais problemas de aprendizagem.

Ao abordarmos a problemática envolvendo os alunos que tinham ou não acesso aos meios necessários para acompanhar as aulas remotas, a coordenação da escola informou que 60% dos 1425 alunos matriculados em 2020 não possuíam acesso à internet. No entanto, não

foram capazes de explicar a metodologia utilizada para calcular esse percentual. Quando solicitada a pesquisa que conduziu a essa conclusão, informaram que não a possuíam. Desta forma, conclui-se que esses dados foram apresentados de forma improvisada, sem embasamento técnico que sustente essa informação, basearam-se nos números de apostilas entregues aos alunos.

Outra problemática diz respeito à aprovação automática, que também foi adotada pela instituição de ensino. Infelizmente, assim como outras instituições de ensino e a Secretaria municipal de Educação, a escola também fez uso desse mecanismo que possibilitou a aprovação automática. Isso traz fragilidade para os dados obtidos por meio da análise de informações que compõem as avaliações da instituição de ensino, assim como da rede pública de ensino municipal nas avaliações nacionais.

Além disso, outras situações nos levam a entender que a implementação do ensino não presencial na instituição de ensino avaliada ocorreu de forma omissiva, ou seja, sem considerar efetivamente as necessidades reais dos estudantes; por exemplo, que a ampla maioria dos alunos público-alvo da escola não tinha acesso à internet ou equipamentos técnicos.

No que se refere à pesquisa realizada com os professores, ficou evidente que eles não receberam apoio da instituição de ensino nem da Secretaria municipal de Educação. Isso também ocorreu com os alunos, uma vez que não foi mencionada nenhuma medida que tenha funcionado de fato para garantir acesso à educação de qualidade oferecida pelo município.

Desta forma, é importante destacar alguns pontos que ressaltam essa omissão por parte do poder público municipal diante do cenário pandêmico na implementação do ensino não presencial:

1. Ao ser questionada sobre o apoio que os familiares dos alunos em vulnerabilidade social teriam recebido da escola ou SME, a coordenação da instituição limitou-se a informar a “entrega de kits de alimentação mensalmente”, sem mencionar as ações voltadas para o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes dessas famílias.

2. 75% dos professores pesquisados afirmaram não ter recebido qualquer apoio da Secretaria Municipal de Educação ou da instituição de ensino durante o ensino não presencial implantado na escola em 2021.

3. Ao serem questionados sobre quais medidas foram adotadas com a declaração de emergência de saúde pública global e, conseqüentemente, a paralisação das aulas presenciais, a coordenação da escola informou que foram formados grupos de *WhatsApp* para manter o contato diário com esses alunos e assim evitar perder o vínculo com eles. No entanto,

contrariando essa informação, em pergunta anterior, a mesma coordenação havia afirmado que 60% dos alunos não tinham acesso à internet.

4. Em uma pergunta anterior, a coordenação foi questionada se houve alguma reunião para tratar sobre a retomada do ensino na instituição por meio do ensino remoto. Inicialmente, a coordenação informou que sim, que a reunião foi realizada em 2020, mas posteriormente corrigiu essa informação, esclarecendo que a reunião ocorreu em 2021, especificamente no mês de agosto, conforme registrado em ata. Isto é, no início das retorno das aulas presenciais.

5. Apesar da paralisação em 2020 devido à pandemia, aquele momento também teria sido oportuno para realizar reuniões a respeito do ensino e da aprendizagem dos alunos. No entanto, a instituição não promoveu tais reuniões, e a coordenação informou não possuir registros desses encontros.

6. Para os alunos que não possuíam acesso aos meios necessários para o ensino remoto, a instituição adotou a utilização de apostilas. No entanto, esses alunos ficaram sem um suporte efetivo da instituição de ensino, considerando que o contato entre professor e aluno foi rompido.

7. Ao ser questionada sobre a efetivação da aprendizagem por meio das apostilas, a coordenação informou que os resultados foram positivos. No entanto, não detalhou os critérios que levaram a essa conclusão, visto que não foi informada a aplicação de qualquer método avaliativo no final da utilização dessas apostilas.

8. Não houve por parte da coordenação da escola uma padronização de software educacional a ser utilizado na instituição, ficando a critério de cada docente a escolha dessas ferramentas.

9. Durante o levantamento de dados, não foi encontrado nenhum decreto específico para a educação básica na modalidade regular que tratasse sobre a implementação do ensino remoto ainda em 2020. Dado que revela a lógica do improviso e a pouca preocupação com a educação como direito constitucional.

Portanto, conclui-se que houve omissão, uma vez que as informações coletadas evidenciam as dificuldades enfrentadas na inclusão e na oferta de um ensino que esteja verdadeiramente comprometido com a formação dos alunos. O impacto principal da pandemia foi sentido na formação básica dos alunos. Em vez de enfrentar esse desafio, as medidas adotadas parecem ter relegado o problema a um segundo plano, sem demonstrar uma preocupação genuína com o direito à educação.

A pandemia trouxe desafios significativos para o processo de ensino-aprendizagem desses alunos, resultando em estratégias e planos de ação. No entanto, tais medidas revelam mais a violação do direito à educação do que a efetiva garantia de acesso. A complexidade da pandemia colocou à prova a educação pública municipal e os professores no que diz respeito ao uso de tecnologias, mas as justificativas frequentes para o imprevisto durante a pandemia parecem servir como uma forma de mascarar o problema,

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Histórico do município de Feira Grande**. Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/municipios/historico-dos-municipios-alagoanos/342-historico-de-municipios/356-historico-do-municipio-de-feira-grande>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.040 de 11 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 159, 19 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**. Brasília: junho, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cnc-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>. Acesso em: 29 dez. 2022

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 19/2020**. Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 19/2020. Parecer CNE/CP Nº: 6/2021**. Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 fev. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Brasília: MEC, SEB, 2013.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALLARI, R. **Com dados distorcidos devido a pandemia, índice de educação segue estável**. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/09/16/dados-inflados-ideb-2021.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 17 jan. 2023

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

INEP. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/SAEB>. Acesso em: 05 de abr. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 25.06.2021.

LEÃO, V. **124 mil crianças e adolescentes ficam sem ir à escola no primeiro ano da pandemia em Alagoas**. Disponível em <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/al/alagoas/noticia/2021/04/29/educacao-na-pandemia-covid-19-alagoas.ghtml>. Acesso em 30 de dezembro de 2022.

MACÊDO, R. C; MOREIRA, K. S. Ensino de Geografia em tempos de pandemia: vivências na escola municipal professor Américo Barreira, Fortaleza –CE. **Revista Verde Grande – Geografia e interdisciplinaridade**, Montes Claros, v. 2, n.2, p.70-89, 2020.

NAKANOi, T. C; ROZA, R. H; OLIVEIRA, A.W. **Ensino Remoto em Tempos de Pandemia: Reflexões Sobre seus Impactos**. E-Curriculum. São Paulo, v 19, n.3, p. 1368-1392, jul./set. 2021.

NASCIMENTO, L. D. R. **O ensino de Geografia em tempos de pandemia: o uso das TDICs, o papel da escola e os desafios da prática docente**. Monografia (Geografia Licenciatura) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Alagoas. Alagoas, Maceió. 2021.

OLIVEIRA, V. H. N. O papel da geografia diante da pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 7, p. 80-84, 2020.

PEDRO, M. **Feira Grande é a maior produtora de batata-doce do estado de Alagoas**. Disponível em: <https://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/noticia/2013/07/11/feira-grande-e-a-maior-produtora-de-batata-doce-do-estado-de-alagoas>. Acesso em: 05 mar. 2023

POLÍTICA EM PAUTA. **Prefeito anuncia entrega de 1500 Cartões do Educa + Feira Grande, voltado para estudantes do EJAI**. Disponível em: <https://www.jaenoticia.com.br/blogs/2023/06/27/4442-prefeito-anuncia-entrega-de-1500-cartoes-do-educa-feira-grande-voltado-para-estudantes-do-ejai>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO NO SEU MUNICÍPIO. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome Secretaria Nacional de Renda e Cidadania Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SANCHEZ, F (coord.) **Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância – ABRAEAD 2005**. São Paulo: Instituto Monitor Ltda, 2005.

SILVA, L. Educadores frente à pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores e docentes. **Boletim de Conjuntura (BOCA)** v. 3, n. 7, p. 53-64, 2020.

Ensino remoto e educação geográfica em tempos de pandemia. In: VII Congresso Nacional de Educação, VII., 2020, Maceió. Anais. Maceió: Conedu, 2020.

SANTOS, C. S. Educação escolar no contexto de pandemia. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 1, n° 30, p. 44-47, 2020.

SANTOS, D. Hipocrisia à distância: a escola finge que está educando e os pais fingem que os filhos estão aprendendo. **Revista Bula**, 2020. Disponível em: <https://www.revistabula.com/31077-hipocrisia-a-distancia-a-escola-finge-que-esta-educando-e-os-pais-fingem-que-os-filhos-estao-aprendendo/>. Acesso em: 30. dez. 2022.